Bahia em Números

ANO VII Jornal A TARDE SALVADOR, **DOMINGO**, 22.DEZ.2013

INVESTIMENTOS DEVEM DIVERSIFICAR E DESCONCENTRAR A ESTRUTURA PRODUTIVA DA BAHIA

PÁGS. 08 e 09

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PUXA CRESCIMENTO DO **PIB** EM 2013.

PÁG. 05

ENTREVISTA:
JOSÉ SERGIO GABRIELLI DESTACA INJEÇÃO DE CAPITAL NA BAHIA NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS.

PÁGS. 12 e 13

BOLSA FAMÍLIA:
APÓS 10 ANOS, INDICADORES REVELAM AVANÇOS SOCIAIS.

PÁGS. 22 e 23

FERNANDO VIVAS/ AG. A TARDE

Expectativa de vida: população idosa vai quase dobrar na Bahia entre 2010 e 2014

15

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria Estadual do Planejamento, apresenta a VII edição do Caderno Bahia em Números, um resumo dos principais resultados da conjuntura socioeconômica em 2013. Como órgão oficial de estatísticas, a SEI é responsável por produzir e analisar informações para a Bahia, os seus 417 municípios e territórios de identidade. Nesta edição, o leitor confere os números que podem colaborar para o melhor entendimento sobre o nosso Estado.

IRACEMA CHEQUER/ AG. A TARDE

07

CONSTRUÇÃO CIVIL: OBRAS PÚBLICAS TÊM PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO

DIVULGAÇÃO

11

PARQUE LOGÍSTICO DO SUDOESTE É LANÇADO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

MARCO AURÉLIO MARTINS/ AG. A TARDE

20

VENDAS EXTERNAS RETRAEM 9,3% ENTRE JANEIRO E NOVEMBRO

JOÁ SOUZA/ AG. A TARDE

21

CRESCE GERAÇÃO DE POSTOS COM CARTEIRA ASSINADA EM 2013

Bahia em Números
EDIÇÃO **ALEILE MOURA** ALEILE@GRUPOATARDE.COM.BR > COORDENAÇÃO **ANA PAULA PORTO, ALINE CRUZ E LUZIA LUNA** > CAPA **JULIO VILELA** >
PROJETO GRÁFICO, MARCA E DIAGRAMAÇÃO **OPS.CRIA** OPS.CONTATO@GMAIL.COM > REVISÃO **GABRIELA PONCE** >

ARTIGO

GERALDO REIS, SOCIÓLOGO E DIRETOR-GERAL DA SEI

Estrutura produtiva da Bahia: o que pode mudar?

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado, tem como uma das principais preocupações atuais oferecer aos gestores públicos e agentes econômicos uma compreensão mais profunda e refinada sobre as mudanças que vêm ocorrendo na base produtiva do Estado, contribuindo para elucidar os potenciais e as limitações da economia baiana hoje, em especial em função dos grandes investimentos que começam a maturar.

O PIB, apesar se sua importância, apresenta algumas restrições que dificultam um reflexo imediato das mudanças que vêm sendo percebidas pelos especialistas. Em primeiro lugar, as pesquisas estruturais do IBGE utilizadas no cálculo do indicador têm defasagem mínima de dois anos. Isso significa que os investimentos concretizados em 2014 só terão reflexo no PIB em 2016. Outro aspecto são as limitações da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), também utilizada para o cálculo do PIB, que só considera no seu levantamento as indústrias que alcançam um nível de significância de 1% da estrutura do setor industrial. Além disso, a PIM pode subestimar o surgimento e o crescimento de novos setores, pois sua base de ponderação é fixa e tem como referência o período 1998/2000.

Nesse sentido, tivemos a preocupação de viabilizar a construção de instrumentos, como a Tabela de Recursos e Usos (TRU) e a Matriz de Insumo-Produto, incorporar conhecimentos e qualificar nossos técnicos para melhor acompanhar tais mudanças. A Matriz de Insumo-Produto corresponde ao PIB desagregado e analisado por setor, através de coeficientes que mostram as composições de insumos entre os setores na produção. Dentre os poucos Estados brasileiros que fizeram sua matriz, a da Bahia é a mais atual.

Foram esses instrumentos que permitiram que nossa equipe elaborasse um dos mais importantes e consistentes estudos já realizados sobre os impactos da atração de investimentos na base produtiva do Estado. Estudos similares já foram realizados pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Esse estudo inédito na Bahia revela importantes informações sobre os impactos dos investimentos, que, se efetivados em grande medida, mudarão substancialmente a estrutura produtiva do Estado, tornando-a mais diversificada e desconcentrada espacialmente, com a contribuição, por exemplo, dos segmentos de energia eólica, mineração, indústria naval e a consolidação do Polo Industrial de Camaçari.

ALINE CRUZ/ ASCOM SEI

Os R$ 50,7 bilhões que devem se realizar na Bahia de 2014 a 2016 podem mais do que triplicar (R$ 179 bilhões), gerando um impacto da ordem de R$ 106 bilhões no Estado, enquanto cerca de R$ 73 bi vazam para outras economias. No âmbito do emprego, o estudo aponta que os 84,6 mil postos protocolados têm potencial de impacto de 245 mil empregos, sendo 147 mil na Bahia e o restante em outros Estados ou países.

Para que se tenha uma compreensão mais clara do significado desses números, relembramos que o PIB da Bahia em 2005 era da ordem de R$ 90 bilhões, passou a cerca de R$ 154 bilhões em 2010 e deverá, em 2013, ficar próximo de R$ 200 bilhões.

Vale frisar que o trabalho não inclui alguns grandes investimentos públicos não protocolados na SICM, a exemplo da FIOL, da FCA, do metrô e outras obras de mobilidade em Salvador e do aeroporto de Vitória da Conquista.

Não obstante a diversificação e ampliação da indústria de produtos finais, a Bahia continua fortemente ancorada na produção de bens intermediários, com o adensamento de muitas cadeias produtivas. Por outro lado, ponto muito positivo é que alguns desses investimentos têm potencialidade para dar aos territórios de identidade situados fora da RMS maior participação no PIB, interiorizando vetores de crescimento econômico com capacidade de geração de externalidades em todos os campos da economia, desde a geração de empregos até a melhoria nos níveis de arrecadação tributária.

Este estudo corrobora a ideia de que as diretrizes governamentais e a ação dos setores empresariais no Estado estão, de fato, preparando a Bahia para uma melhor adaptação ao novo contexto macroeconômico que tende a buscar um maior equilíbrio nos pilares de sustentação da estratégia de crescimento econômico, com tendência de redução do ritmo de crescimento do consumo e ampliação dos investimentos.

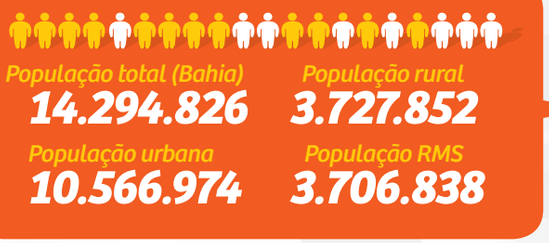
Do ponto de vista conjuntural, a SEI aponta para uma taxa de crescimento da atividade econômica da Bahia de cerca de 2,7% em 2013 e uma expectativa mais otimista para 2014, em torno de 4%.

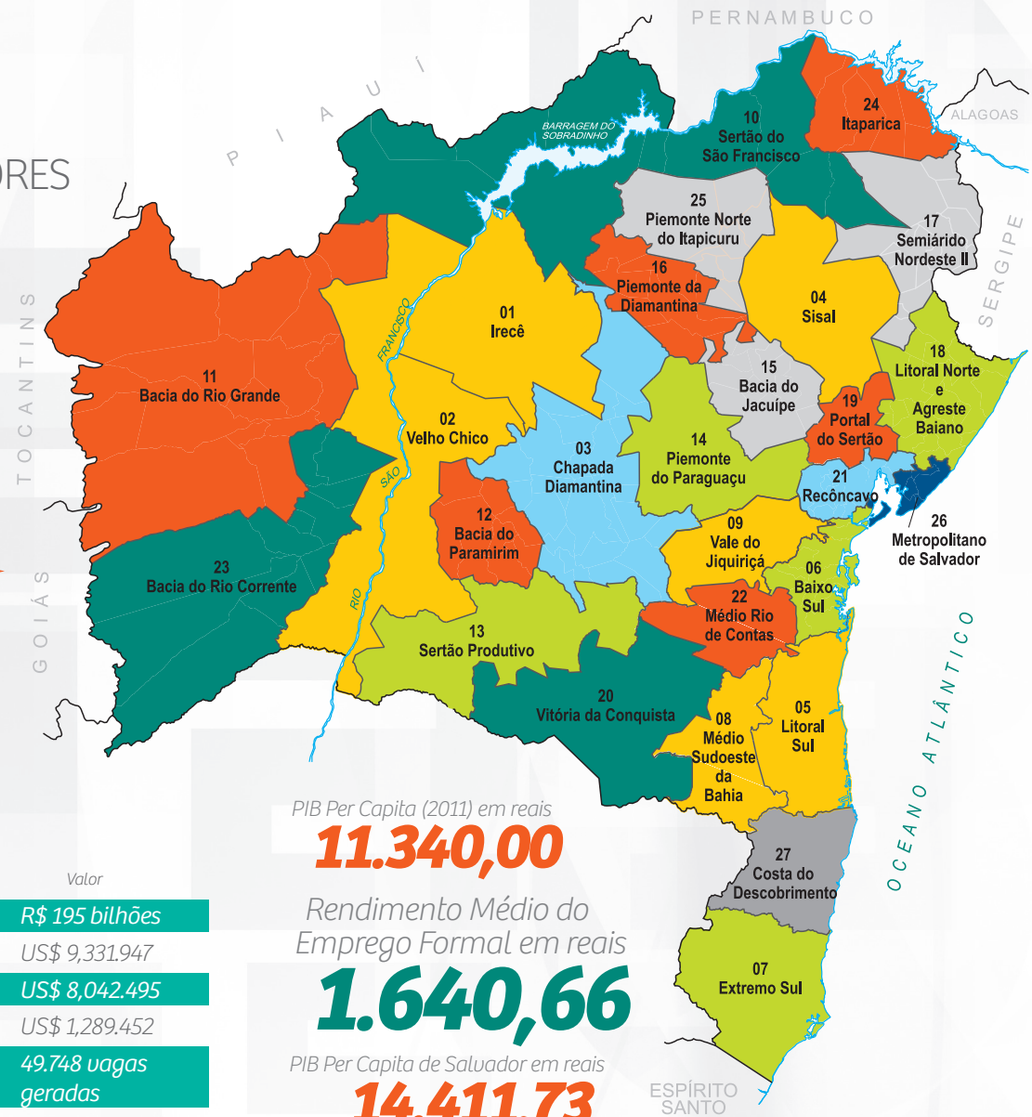
Reafirmo que a SEI está preocupada em colaborar para que a real dinâmica da economia baiana possa ser captada pelos grandes indicadores econômicos – em breve, disponibilizaremos a mensuração do PIB pelas três óticas: da produção, da renda e da demanda. Até pelo ineditismo, este estudo deve ser visto como um esforço de prospecção, o que requer uma leitura cuidadosa, mas que, sem sombra de dúvida, seja pelo rigor metodológico, ou pela expressividade dos números, descortina um horizonte promissor para a economia baiana. E desde já, nos colocamos à disposição das instâncias governamentais e agentes econômicos para dialogar sobre o estudo em pauta, assim como receber críticas e sugestões.

Pouco se registra sobre os recursos injetados na área social que contribuem enormemente para a dinamização da nossa economia. Só para se ter uma ideia, nos últimos 10 anos, foram injetados na economia baiana um total de R$ 17 bilhões provenientes do PBF e R$ 15,5 bilhões do BPC. Nesta VII edição do Bahia em Números, vale destacar a avaliação da SEI sobre os 10 anos do Programa Bolsa Família (PBF). Mais informações sobre os trabalhos da SEI podem ser conferidas no site www.sei.ba.gov.br. Conheça mais sobre a Bahia.

Conheça a Bahia

CONFIRA OS PRINCIPAIS INDICADORES E ESTATÍSTICAS DO ESTADO E FIQUE SABENDO COMO ANDA A NOSSA SOCIOECONOMIA





PIB Per Capita (2011) em reais
11.340,00

Rendimento Médio do Emprego Formal em reais
1.640,66

PIB Per Capita de Salvador em reais
14.411,73

Cesta de indicadores 2013

Indicador	Período	Taxa	Valor
PIB	Estimativa 2013	2,7%	R$ 195 bilhões
Exportação	Jan-Nov 2013	-9,3%	US$ 9,331.947
Importação	Jan-Nov 2013	12,6%	US$ 8,042.495
Saldo Balança Comercial	Jan-Nov 2013	-	US$ 1,289.452
Emprego Formal (CAGED/MTE)	Jan-Out 2013	2.86%	49.748 vagas geradas
Taxa de desemprego (PEDRMS)	Out 2013	17,1%	-
Indústria (PIM/IBGE)	Jan-Out 2013	4,9%	-
Inflação (IPC/Salvador)	Jan-Nov 2013	4,01%	-
Cesta Básica (IPC/Salvador)	Nov 2013	3,05%	R$ 244,03
Atividade Econômica (IMEC-Salvador)	Jan-Out 2013	1,2%	-
Arrecadação de ICMS*	Jan-Out 2013	14,58%	R$ 12,689 bilhões
Investimentos Protocolados	Estimativa 2013-2015	-	R$ 51 bilhões

PIB Estadual (2011) em reais
159,9 bilhões

Taxa de Crescimento (2011)
4,1%

PIB de Salvador (2011) em reais
38,8 bilhões

Fonte: CEDETER, 2011.

Área territorial **564.692,69 km²** · Número de municípios **417** · Capital **Salvador** · Área da capital **706,80km²**

PIB deve crescer 2,7% em 2013

KATJA POLISSENI

Para 2014, a SEI projeta desempenho ainda melhor do PIB baiano, em razão da expectativa de retomada do crescimento do comércio e da consolidação de investimentos

O Produto Interno Bruto da Bahia (PIB-Bahia) deve crescer 2,7% em 2013, desempenho ligeiramente maior que o crescimento de 2,5% previsto pelo Banco Central para o Brasil neste ano. O indicador econômico, calculado pela SEI, indica a tendência de crescimento ou arrefecimento da economia baiana e é uma importante ferramenta para o planejamento da administração pública e para nortear investimentos privados. O coordenador de Contas Regionais da SEI, João Paulo Caetano, destaca que o resultado de 2013 está atrelado principalmente ao desempenho da indústria baiana. "O resultado do PIB do 3º trimestre de 2013 foi bastante satisfatório, considerando o contexto da economia nacional, com destaque para a Indústria da Transformação, que está bem mais aquecida na Bahia que no Brasil", disse.

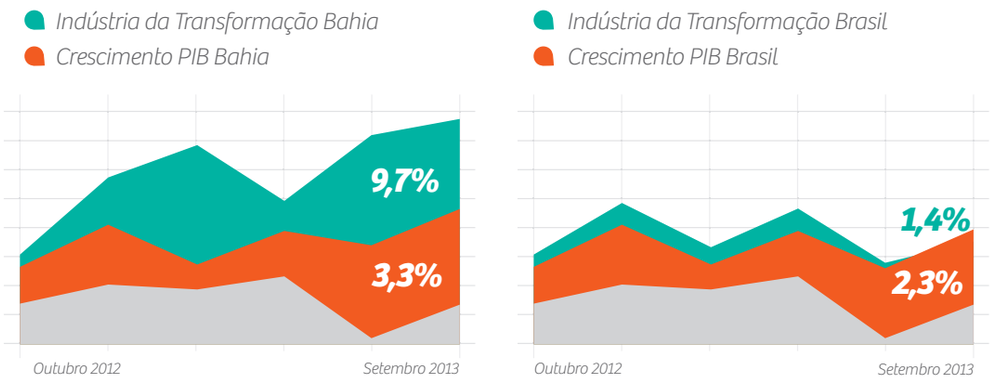
No início de dezembro, a SEI divulgou a expansão de 3,4% do PIB baiano no 3º trimestre do ano, superior ao crescimento nacional de 2,2% no período. Só a indústria cresceu 5,1% na Bahia, os serviços, 1,5%, e a agropecuária apresentou queda de 3,7%. Dentro do setor industrial, a transformação foi o grande destaque, com 8,8% de incremento no valor que agrega ao PIB. A produção e distribuição de energia elétrica, gás, água e esgoto (SIUP) também registra desempenho positivo, com crescimento de 3,5%. A construção civil, por sua vez, apresentou queda no 3º trimestre, com taxa de -2,6. Enquanto a indústria extrativa teve resultado positivo (2,2%).

Com os resultados do trimestre, a Bahia acumula, nos últimos 12 meses, até setembro, um crescimento de 3,3% no PIB. A indústria é o destaque, também, na avaliação dos últimos 12 meses, com taxa de 5,8%, sendo que o valor agregado da indústria de transformação cresceu nesse período 9,7%, puxando o resultado do setor. Já o destaque negativo desse setor é da Construção Civil, com uma retração de 0,9%.

A agropecuária também registrou variação negativa nos 12 meses, com -4,7%, reflexo do ano de seca que impactou algumas culturas, e também da praga "Helicoverpa armigera", que vem devastando grandes extensões de plantações de milho, algodão e, particularmente, de soja, gerando grandes prejuízos aos produtores do Oeste baiano.

O setor de Serviços, com maior peso na estrutura do PIB baiano, cresceu 2,0% no período. O comércio varejista, que tem registrado crescimento menor que a média nacional, apresentou taxa de 1,1% no valor agregado do PIB, enquanto a média brasileira foi de 2,0%, contribuindo para o setor alcançar nacionalmente uma taxa de 2,3%. Ainda assim, foi um dos grandes propulsores da expansão do setor de Serviços no 3º trimestre do ano, com alta de 2,6%.

Comparativo PIB
Bahia e Brasil



MINERAÇÃO, ENERGIA E INFRAESTRUTURA PODEM **ALAVANCAR** A ECONOMIA EM 2014

Mais otimista em relação ao desempenho da economia baiana em 2014, Gustavo Pessoti, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI, diz que a aposta é em um cenário melhor já no primeiro semestre do ano, com o crescimento do setor de Serviços, em razão da Copa do Mundo, recuperação da Construção Civil por conta das obras públicas, e, também, porque muitos investimentos industriais começam a apresentar resultados em segmentos como Energia Eólica, Mineração, setor automotivo, petroquímico e naval. "Este cenário nos dá uma leitura positiva não somente do desempenho econômico, mas da desconcentração espacial e territorial de nossa economia", disse Pessoti.

Nos últimos três anos, a Bahia tem crescido ligeiramente mais que a economia nacional, mas a perspectiva da SEI é de maior aquecimento tanto na Bahia quanto no país. Segundo Gustavo Pessoti, "o cenário é de mudança de matriz energética, com forte investimento em energia eólica, na criação de um novo polo industrial no Estado, em investimentos em ferrovia, portos e aeroportos que contribuem para enfrentar atuais problemas de logística", disse.

ALINE CRUZ/ ASCOM SEI

Gustavo Pessoti é diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI

Pessoti destaca que, em 2013, a Bahia cresceu a um ritmo menor em razão do contingenciamento dos gastos públicos e da desaceleração do comércio. Mas há indicadores que demonstram que, mesmo que a um ritmo menor, a tendência é de crescimento. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), entre janeiro e setembro de 2013, cresceu 12,1% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R$ 11,4 bilhões. O imposto compõe PIB do Estado e seu desempenho reflete o comportamento dos principais segmentos da economia baiana.

ALOÍSIO PONTES

DIVULGAÇÃO

Crescimento da indústria pode chegar a 5% no ano

Setor cresceu 4,9%, de janeiro a outubro, puxado pela metalurgia básica

Investimentos em modernização, ampliações e inovações tecnológicas no parque industrial da Bahia foram os principais responsáveis pela recuperação da produção industrial no Estado. Os índices de crescimento são positivos no acumulado do ano (janeiro a outubro), que ficou na casa dos 4,9%, e, também, em 12 meses, com crescimento de 6,4%. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), realizada pelo IBGE, analisados pela SEI.

Segundo o coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI, Luiz Mário Vieira, as projeções indicam que a Bahia deverá encerrar o ano com um crescimento entre 4,5 e 5,0%, acima da estimativa do país, que deverá ter um incremento de 1,2%. "Um dos principais destaques desse período foi o grupo Metalurgia Básica, que é o segundo segmento mais importante da indústria, com expansão de 27,3% no ano e um crescimento acumulado de 22,4% em 12 meses", explica o coordenador Luiz Mário Vieira.

A PIM revela que as principais contribuições positivas no ano, até outubro, foram registradas pelos setores de Refino de petróleo e Produção de álcool (15,8%); impulsionada pela maior fabricação de óleo diesel e outros óleos combustíveis e gasolina. Também foram destaques os segmentos de Celulose e Papel (3,4%); Veículos automotores (23,0%), Borracha e Plástico (8,1%).

O coordenador explica que outro destaque positivo é a recuperação do setor de Minerais não metálicos, que após quedas desde dezembro de 2012, apresentou o terceiro resultado positivo consecutivo, com taxa de crescimento no mês de outubro (6,3%). "Houve aumento na produção de cimento, ladrilho e placa cerâmica para a pavimentação e o revestimento, o que indica uma retomada no setor da Construção Civil", avalia Vieira.

O segmento Produtos Químicos pressionado pela paralisação de algumas plantas locais e em função do apagão elétrico ocorrido no final do mês de agosto e pelas paradas programadas para manutenção, representou o principal impacto negativo do ano (-1,3%), seguido pelos setores Alimentos e bebidas (-7,1%).

Com os bons resultados até outubro de 2013, comparado ao mesmo período do ano anterior, a Bahia ocupa a terceira posição entre os Estados pesquisados, atrás de Rio Grande do Sul (6,4%) e Paraná (5,0%).

PRODUTOS DE COBRE- Com um crescimento de 30% no ano, a produção de cobre contribui de forma significativa para a expansão da produção industrial. O crescimento foi fruto de um investimento de mais de R$ 300 milhões realizado pelo Grupo Paranapanema na planta industrial da Bahia, que atua na fundição e refino de cobre primário, produzindo cátodos, vergalhões, fios trefilados, ácido sulfúrico, oleum e lama anódica, de onde são extraídos metais preciosos. "Investimos em inovações tecnológicas para a modernização da planta, o que nos permitiu ampliar nossa capacidade de produção de 210 mil para 280 mil toneladas. O número de empregos diretos saltou de 820 para 860", explica o vice-presidente da Paranapanema, Edson Monteiro.

A empresa teve um crescimento de 70% em sua capacidade de produção e de 30% no volume produzido nos três primeiros trimestres de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. Já a receita teve um incremento de 41% no mesmo período. O vice-presidente explica que o bom desempenho foi também fruto de um grande esforço de exportação para fazer frente a compromissos de *drawback* (sistema que confere benefícios como isenção de impostos a empresas que realizam importação de produtos, com o objetivo de utilizarem na fabricação de bens para exportação).

KATJA POLISSENI

DIVULGAÇÃO

Construção Civil mantém estabilidade em 2013

Apesar do desaquecimento do setor imobiliário, a perspectiva é de retomada de crescimento da Construção Civil

A indústria da construção registrou leve retração de 2,6% no 3º trimestre deste ano. Mesmo com a desaceleração, a SEI aposta no setor como um dos propulsores da economia em 2014. Apesar do desaquecimento do mercado imobiliário, os segmentos de obras públicas e de habitação social têm contribuído para que a performance do setor se mantenha estável, no mesmo patamar de 2012. Já há alguns indícios de retomada na construção civil, sobretudo no segmento de obras públicas. O aumento na oferta de postos de trabalho no segmento que confirma esta tendência.

Entre janeiro e outubro de 2013, a construção civil gerou mais de 17 mil vagas (dados do CAGED/MTE), sendo o carro-chefe da geração de empregos na Bahia. No mesmo período de 2012, foram 8,5 mil postos de trabalho gerados na construção civil baiana. Para Luiz Mário Vieira, coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI, o setor registrou forte crescimento nos últimos anos e o que se observa é um processo natural de acomodação. "No segmento habitacional, houve uma valorização excessiva dos imóveis e uma redução de número de lançamentos, mas a tendência é que se regule o estoque e se retome a normalidade em 2014", disse.

O especialista ressalta a peculiaridade do mercado imobiliário de Salvador, afetado pela suspensão dos efeitos do PDDU e da LOUOS. "O setor ficou sem arcabouço jurídico e suspendeu investimentos. Por outro lado, as obras de infraestrutura estão acelerando e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) tem sofrido forte expansão, principalmente no interior", avalia. Segundo o mestre em Economia, este dinamismo é fundamental para gerar emprego, por conta da movimentação econômica em torno da cadeia da construção.

Para Carlos Alberto Vieira Lima, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), 2013 foi ruim para o segmento de incorporação na Bahia, mas com a solução de alguns gargalos, como a do impasse da legislação de uso e ocupação do solo na capital baiana, as perspectivas são positivas. "Agora, vamos cumprir e trabalhar para construir um verdadeiro marco regulatório que atenda ao interesse público em primeiro lugar", disse.

> *O segmento de obras públicas tem perspectivas de crescimento ainda em razão das obras do PAC*

A expectativa do Sinduscon-BA é que o ano de 2014 registre uma recuperação modesta, mas prepare o setor para retomar um crescimento mais acelerado a partir de 2015.

No campo da habitação social, o MCMV é um dos segmentos que contribui para o aquecimento do setor. Conforme o vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, o MCMV representa 32,1% do total das construções de moradias do país em 2013. "A cada R$ 1 milhão investido no MCMV, o Governo Federal mantém ativos 32 postos de trabalho e gera uma renda adicional de R$ 744 mil, de forma direta e indireta, na Construção Civil e nos demais setores", disse. Segundo a CBIC, com investimentos de R$ 193 bilhões, o MCMV sustenta cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho em 2013, o que representa 2,6 % da força de trabalho formal da economia brasileira.

Crédito Imobiliário cresce no país

A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) divulgou que espera um crescimento entre 15% e 20% nos financiamentos em 2014. A entidade avalia que a expansão do crédito será sustentada pelo apetite dos bancos pela carteira imobiliária, associada à recuperação das empresas de construção e boas condições de emprego e renda da população. A expectativa da entidade é que o crédito imobiliário para compra e construção de imóveis no país ultrapasse os R$ 100 bilhões em 2013. A projeção de alta é o equivalente a um crescimento na faixa dos 20% em relação a 2012, quando totalizou R$ 82,76 bilhões. Os dados contabilizam apenas os financeiros cujos recursos provêm da poupança.

PERSPECTIVAS DO SETOR- Em estudo recente realizado conjuntamente pela Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Indicadores e Estatística da SEI, publicado no livro Reflexões de Economistas Baianos 2013, foi investigado se o esfriamento constatado nos indicadores do mercado imobiliário poderia representar uma reversão no processo de crescimento da cadeia da Construção Civil. Segundo o estudo, o esfriamento ocorrido na Construção Civil e no mercado imobiliário não pode ser caracterizado como um movimento solidificado de inflexão, uma vez que as estatísticas observadas no período, ainda que em movimento de perda de força, apresentam-se em patamares muito superiores às observadas ao longo da série.

O estudo enfatiza também que as expectativas do setor são positivas, uma vez que há continuidade das políticas de incentivo, além dos já anunciados investimentos públicos e privados, inclusive em infraestrutura, com rebatimentos diretos no setor da Construção Civil.

FERNANDO VIVAS/ AG. A TARDE

Novos investimentos podem mudar a base produtiva da Bahia

LUZIA LUNA

Investimentos previstos para o período de 2014 a 2016 podem gerar cerca de R$ 106 bilhões na Economia do Estado

Novos investimentos previstos para serem implantados ou ampliados na Bahia de 2014 a 2016 somam em torno de R$ 50,7 bilhões. A quantia é vultosa se comparada aos R$ 12,4 bi efetivados de 2007 a 2013 no Estado e chama a atenção por se tratar, em grande parte, da maturação de empreendimentos em andamento, com potencial factível de concretização. Ou seja, a dinâmica em curso pode ser o prenúncio de uma mudança na estrutura produtiva baiana, ou, no mínimo, trazer grande diversificação e desconcentração para a economia estadual.

Essas são informações iniciais do estudo Impactos dos Investimentos na Bahia (2014-2016), que está sendo realizado pela SEI a partir da análise crítica dos protocolos de investimentos da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e da sistematização da matriz de Insumo-Produto da Bahia, que desagrega o PIB em 48 setores de atividades. Através da matriz são calculados os impactos diretos e indiretos dos investimentos na economia e na geração de empregos.

"O estudo é prospectivo e mostra o potencial de impacto desses investimentos, que depende de alguns fatores para se concretizar, a exemplo da efetivação dos protocolos e do cenário macroeconômico. São medidos os impactos na estrutura produtiva, que podem ou não se refletir no PIB, uma vez que o aumento na produção não significa necessariamente um aumento do PIB. Este depende dos preços praticados e da lucratividade de cada setor", explica Roberto Maximiano Pereira, coordenador de Pesquisas Sociais da SEI.

PROTOCOLOS- Chamou a atenção do economista que, dos 505 investimentos protocolados e em andamento, os 30 maiores são responsáveis por 83% do valor total, e os 10 maiores são responsáveis pela metade do valor de todos os investimentos. O maior volume está no setor da indústria extrativa (com cerca de R$ 15 bi), sendo destaque o segmento de minério de ferro, em função da implantação da Bahia Mineração e da Bahmex. Em segundo lugar, está o segmento de geração de energia (R$ 12,7 bi), que inclui as novas indústrias eólicas instaladas em diversos municípios baianos.

O terceiro maior volume está em Transporte, armazenagem e correio (R$ 6 bi), que inclui o Terminal de Regaseificação da Petrobras em Candeias (transporte dutoviário) e o Terminal Portuário de Aratu.

"Verificamos que grandes obras de infraestrutura e alguns grandes empreendimentos anunciados estão maturando ao mesmo tempo. Se mantidos os prazos, o ano de 2014 pode ser um marco, com a concretização de até R$ 30 bilhões, ou seja, 59% de tudo que está previsto até 2016", diz o coordenador.

Os investimentos estão distribuídos por todo o território baiano, com destaque para Candeias, com obras portuárias, seguida de Camaçari, onde estão localizados o Polo Acrílico e novas indústrias automotivas e de energia, Brumado e Caetité, com extração de minério de ferro. "Algumas transformações da economia baiana já estão em curso em fins do ano de 2013. Municípios exportadores, como aqueles ligados à cadeia do agronegócio e da mineração, ganham participação no PIB estadual e são os que mais apresentam dinamismo econômico nos últimos anos. Isso significa que podemos assistir em um curto espaço de tempo a um processo de transformações ainda mais significativas se esses investimentos forem realmente efetivados", afirma Gustavo Pessoti, diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI.

> *Setor de Energia tem o maior potencial de impacto na Economia baiana*

Dos R$ 50 bilhões de investimentos previstos até 2016, R$ 35 bilhões serão realizados fora do território metropolitano. "Sem dúvida a prospecção que se pode fazer, somente pelos impactos diretos desses investimentos, aponta para uma possibilidade de aumentar a diversificação industrial e gerar um ciclo sustentável de crescimento econômico para a Bahia nos próximos anos", diz o diretor.

IMPACTOS **DENTRO** E FORA DO ESTADO

Segundo o estudo, os investimentos têm potencial de se reverterem, em três anos (início de 2014 ao final de 2016), em R$ 179 bilhões. Mas nem tudo fica na Bahia. Desse total, R$ 72,9 bilhões vazam para outras economias. Cerca de R$ 57,2 bi são injetados em outros Estados brasileiros e R$ 15,7 bi em outros países, enquanto o potencial de impacto na Bahia é de R$ 106 bi. Os impactos que cada tipo de empreendimento pode provocar são medidos pelo seu efeito multiplicador. O estudo aponta que o setor de Outras indústrias extrativas tem o maior potencial de impacto no período (R$ 18,7 bi). Em seguida, os destaques são: Produção e Distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (impacto de R$ 18 bi); Transporte, armazenagem e correio (R$ 9,6 bi); Refino de Petróleo e coque (R$ 7,1 bi); Produtos químicos (R$ 6,6 bi); Outros equipamentos de transporte (R$ 6,2 bi).

"Quando não há encadeamento na estrutura produtiva, os investimentos acabam estimulando mais as economias que exportam insumos para a Bahia", explica Roberto Pereira. É o caso de Outros equipamentos de transporte (que inclui motocicletas, bicicletas elétricas e equipamentos para plataformas), setor com o maior vazamento proporcional identificado. O investimento inicial de R$ 2,6 bi nesse setor deve gerar um impacto de R$ 6,2 bi, sendo que a maior parte será gerada em outros Estados brasileiros (R$ 5,7 bi, equivalente a mais de 90%). A indústria extrativa soma o maior vazamento em valor absoluto, com R$ 10 bilhões de impacto em outros países, e R$ 7,6 bi na Bahia.

"Isso significa que esses setores, até o momento, parecem ter forte dependência de indústrias de fora. Como os impactos são calculados sobre a estrutura produtiva existente, não captam o adensamento que está por vir. Ou seja, com a redução da dependência externa, o impacto real dos setores no Estado poderá ser mais equilibrado".

Dentre os destaques, o setor de Transporte armazenagem e correio, proporcionalmente, é o que mais fixa impactos no Estado. Com investimentos iniciais de R$ 6 bi, o setor vai gerar impacto total de R$ 9,6 bi, sendo que permanecem no Estado cerca de R$ 8,9 bi. Mas o maior impacto absoluto na Bahia é encontrado no setor de energia: dos R$ 12,7 bi de investimentos previstos, o impacto total é de R$ 18 bi, sendo R$ 15 bi no Estado.

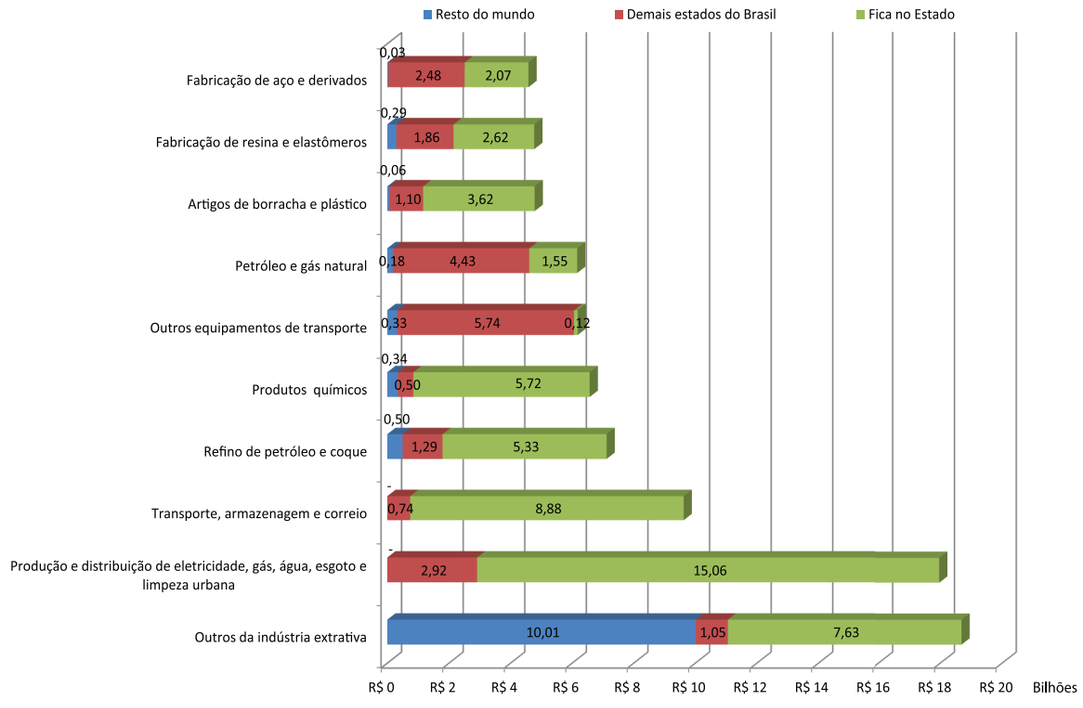
ADENSAMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS- No cenário anunciado para 2014, a Bahia deixa de ser importadora de uma série de produtos e insumos e passa a ser produtora, exportadora, reduzindo o vazamento da riqueza gerada. Como exemplo, o Polo Acrílico, com a Basf, vem para adensar a cadeia do Polo Petroquímico, fabricando *inputs* para indústrias de tintas, vernizes e esmaltes e de higiene e limpeza; o Polo 2 de julho irá produzir peças para os estaleiros Enseada do Paraguaçu e São Roque, em Maragogipe; torres, peças e pás passam a ser produzidas para usinas eólicas; a fabricação de máquinas, peças e acessórios será estimulada pela Jac Motors, pela ampliação da Ford, Foton, entre outras.

IMPACTOS SOBRE O EMPREGO- No âmbito do emprego, 84,6 mil postos previstos poderm se multiplicar em 245 mil, sendo 147 mil na Bahia. Os impactos se mostram pulverizados entre os setores. A maior geração é em transporte e armazenagem (aproximadamente, 13,2 mil). Outros destaques são energia (8,8 mil), serviço de informação (8,7 mil) e produtos químicos (7,6 mil). Os maiores vazamentos na geração de postos aparecem entre os setores de Equipamentos de Transporte (13,4 mil), Indústria Extrativa (7 mil) e Alimentos, Bebidas e Fumo (6 mil).

O que é a Matriz de Insumo-Produto?

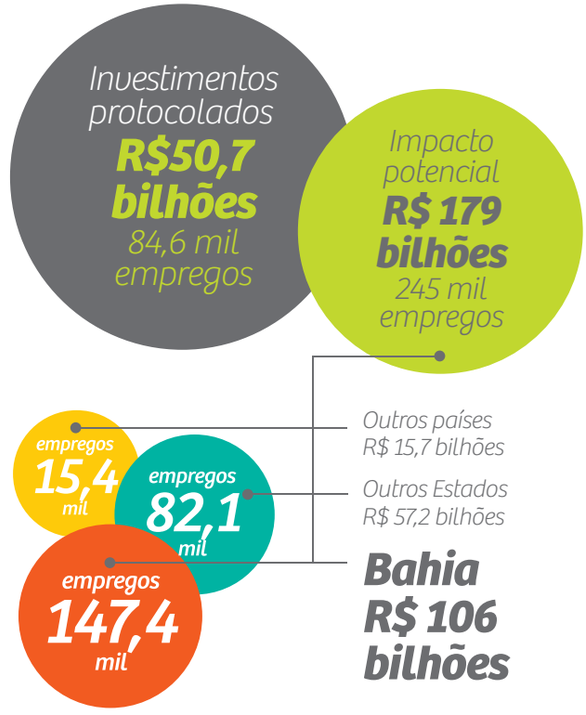
A Matriz de Insumo-Produto apresenta tudo o que é produzido na economia (produtos) e tudo que é consumido internamente entre os setores para a produção de outros produtos (insumos). O instrumento permite analisar as relações econômicas de forma desagregada, proporcionando uma visão detalhada da estrutura produtiva da Bahia. Possibilita avaliar o grau de interconexões setoriais da economia, separar os impactos diretos e indiretos de investimentos e analisar seus efeitos sobre cada setor econômico. A matriz baiana atual possui 48 setores de atividade econômica e representa a estrutura produtiva do ano de 2009.

Impactos e vazamentos dos principais investimentos na Economia baiana



Investimentos e impactos

2014 a 2016



ANA PAULA PORTO

Na Bahia, novos municípios custariam 400 milhões aos cofres públicos

18 municípios baianos perderiam no repasse do FPM com a emancipação dos seus distritos

O Senado aprovou, no dia 16 de outubro de 2013, o projeto de Lei Complementar N° 98/2002 que regulamenta a criação de 188 novos municípios no Brasil. A Lei foi vetada integralmente pela presidenta Dilma Roussef, que justificou o veto com base na análise do Ministério da Fazenda, que vê um risco potencial no aumento de municípios para os cofres do governo.

Análise dos dez municípios com maiores perdas de transferência do FPM, dados de 2013.

Municípios	FPM (R$ milh.)	Distritos	FPM (R$ milh.)	Novo FPM (R$ milh.)	Perdas FPM (%)
Encruzilhada	11,3	Vila do Café	7,5	5,6	50,40%
Nova Viçosa	18,9	Posto da Mata	11,3	11,3	40,20%
Itapicuru	15,1	Sambaíba	11,3	9,4	37,70%
Mucuri	15,1	Itabatã	11,3	9,4	37,70%
Oliveira dos Brejinhos	11,3	Bom Sossego /Ipubaça	7,5	7,5	33,60%
Tanhaçu	11,3	Suçuarana	5,6	7,5	33,60%
Canarana	13,2	Salobro	7,5	9,4	28,80%
Ibirapitanga	13,2	Itamarati	5,6	9,4	28,80%
Itacaré	13,2	Taboquinhas	5,6	9,4	28,80%
Quijingue	13,2	Algodões	7,5	9,4	28,80%

> "Municípios com população pequena têm maior dificuldade em prover serviços públicos"

Apenas no Estado da Bahia, esse custo seria de R$ 400 milhões por ano, sem considerar os investimentos necessários para oferta de serviços públicos, urbanização e infraestrutura de funcionamento. É o que revela o estudo da SEI, realizado pela Coordenação de Estatísticas, que analisou as emancipações no Estado sob o ponto de vista econômico-financeiro e social.

Segundo o estudo, dos 28 distritos baianos que pleiteiam emancipação, 20 cumprem os requisitos mínimos estabelecidos pelo projeto de LEI do Senado.

A nova regra é mais rigorosa, exige que tanto o município a ser criado quanto aquele que já existe tenham uma população com no mínimo 8.784 habitantes (no Nordeste), que a emancipação seja aprovada em plebiscito e, principalmente, que o município apresente um projeto de viabilidade político-administrativo-financeira.

Do ponto de vista financeiro, a criação dos 20 novos municípios no Estado traria consequências, já que a principal receita (60% das receitas correntes) vem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é distribuído conforme a contagem da população.

O coordenador de Estatísticas da SEI, Urandi Paiva, explica que "qualquer problema econômico na esfera federal, principalmente em relação à arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, ou estadual, com a arrecadação do ICMS, poderá comprometer o orçamento dos municípios, devido à inflexibilidade em relação a outras fontes de receitas".

Apenas Feira de Santana e Camaçari não apresentariam perdas de repasse do FPM com a emancipação dos seus distritos, Vila de Abrantes e Humildes, respectivamente.

Já os outros 18 municípios apresentariam perdas significativas, a exemplo de Encruzilhada (50,4%), Nova Viçosa (40,2%) e Itapicuru (37,7%) e, provavelmente, enfrentariam problemas em cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

DIVULGAÇÃO

Impactos financeiros

Na ótica do desenvolvimento regional, o estudo aponta que a criação de 20 novos municípios na Bahia traria impactos financeiros significativos aos municípios desmembrados, tendo como consequência, principalmente, a falta de infraestrutura para oferecer serviços básicos, já que inicialmente esses municípios teriam que adiantar recursos para montar uma estrutura político-administrativa, a exemplo da criação de um legislativo.

Urandi Paiva explica que outra consequência, derivada da primeira, seria o impacto na estrutura dos municípios vizinhos. "Como os novos municípios não teriam uma infraestrutura para ofertar serviços básicos, sua população passaria a demandar estes serviços dos municípios no entorno. Entretanto, esses municípios já estariam sofrendo as consequências da perda de cota, parte do FPM, e seriam ainda mais pressionados com a ampliação de suas despesas devido à demanda por atendimento da população do novo município", afirma, acrescentando que a maioria dos distritos que pleiteiam emancipação no Estado da Bahia tem uma população média de 12 mil habitantes. "Municípios com população pequena têm maior dificuldade em prover serviços públicos, pois o custo marginal da oferta de serviços é grande, na medida em que enfrentam problemas de escala de produção e provisão de serviços públicos".

Estudo da SEI é referência para a implantação do Parque Logístico do Sudoeste

ANA PAULA PORTO

Com investimento total previsto de R$ 106 milhões, o Parque Logístico do Sudoeste dará uma nova estrutura ao nó logístico da região

Com uma população com mais de 300 mil habitantes, o 6º maior PIB do Estado (R$ 3,8 bilhões), PIB per capita superior a R$ 12 mil, e mais de 1.700 novos empregos gerados de janeiro a outubro deste ano, Vitória da Conquista se consolida como um importante polo de desenvolvimento no Sudoeste do Estado, uma área que abrange cerca de 80 municípios da Bahia e 16 do Norte de Minas Gerais. Seu dinamismo econômico e localização estratégica ampliaram as possibilidades de atração de novos investimentos, a exemplo da implantação do Parque Logístico do Sudoeste (PLS), com previsão de início das obras em fevereiro de 2014, e conclusão em dezembro do mesmo ano.

O empreendimento é de responsabilidade das empresas Prates Bonfim, Gráfico e Kubo, com um investimento total previsto de R$ 106 milhões. O Parque Logístico do Sudoeste (PLS) dará uma nova estrutura ao nó logístico da região, solucionando importantes gargalos, a exemplo da transferência do tráfego de cargas pesadas do centro urbano para cerca de 1,6 km fora do Anel Viário (rodovia que circula toda a cidade), e a 2,6 km do novo aeroporto, onde será instalado o PLS. Segundo o estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental do Centro Logístico Integrado de Vitória da Conquista, realizado pela SEI em 2011, estima-se que a BR 116, principal via de acesso ao município que conecta o Sudeste do Brasil com o Nordeste, seja responsável por 25% da circulação de mercadorias que transitam no Estado. Esse estudo foi uma demanda da administração Municipal de Vitória da Conquista, após reunião com empresários locais das áreas atacadista e varejista.

"O resultado desse estudo chamou a atenção de uma série de empresários e empreendedores e resultou na união de três empresas para a execução do projeto. Com certeza, será um equipamento bem-vindo, que ajudará a resolver uma série de questões de fluxo de mercadorias, de logística e de estratégia de transportes aqui na nossa cidade", afirmou o chefe de Gabinete Civil de Conquista, Márcio Higino.

"O estudo realizado pela SEI apontou a necessidade e a viabilidade da implantação do Parque Logístico. A partir desse centro, as empresas poderão distribuir suas mercadorias para cerca de 90 municípios no entorno, a exemplo de Anagé, Cândido Sales, Barra do Choça e Belo Campo. Além disso, o PLS está localizado a distâncias estratégicas de grandes centros, a exemplo de Jequié (150 km), Brumado (130 km) e Caetité (240 km), que conta com importantes indústrias de mineração e energia. A leste, estamos localizados a 300 km de Ilhéus, consequentemente, próximos do Porto Sul, que será construído na região", afirma o empresário Luciano Bonfim, presidente da Prates Bonfim.

Para o diretor-geral da SEI, Geraldo Reis, a criação de novos vetores de circulação de mercadorias leste-Oeste, com o projeto da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul, com os novos projetos de exploração mineral e na área de biocombustíveis, criaram oportunidades de negócios em regiões diferenciadas.

Vitória da Conquista já exerce atividades logísticas, entretanto, necessita reorganizar, do ponto de vista urbano, estas atividades empresariais. O PLS proporcionará uma melhoria da infraestrutura logística estadual, além de potencializar a geração de renda e emprego e a agregação de valor a produção regional.

O Parque Logístico de Conquista será um condomínio multiuso que atenderá as empresas atacadistas, distribuidoras e transportadoras de cargas. O PLS terá 104 módulos, de 2,5 m² cada, distribuídos em uma área total de 400 mil m². Além disso, conta com lotes destinados à construção de pousada, posto de gasolina, central de serviços e centro automotivo.

FOTOS DIVULGAÇÃO

Luciano Bonfim e Gilberto Prata e, ao centro, Geraldo Reis

Parque Logístico do Sudoeste: condomínio multiuso com galpões, central de serviços, pousada, centro automotivo e outros equipamentos

Entrevista

José Sérgio Gabrielli,

secretário de Planejamento do Estado da Bahia

O crescimento dos Estados nordestinos, com desempenho maior que as unidades federativas das demais regiões brasileiras, se deu, principalmente, pelo crescimento no mercado interno nacional com impacto no crescimento de serviços, comércio, construção civil. O secretário do Planejamento do Estado da Bahia, José Sérgio Gabrielli, destaca nesta entrevista, concedida à repórter Katja Polisseni, a posição da Bahia neste cenário. Mesmo com uma seca que assola a agricultura há três anos, a Economia do Estado continua aquecida com o crescimento atrelado, neste ano, sobretudo à Indústria da Transformação. O Estado passou por um processo de transformação de renda e melhoria do mercado trabalho com a geração de mais de 550 mil postos de trabalho com carteira assinada nos últimos anos, a formalização do empreendedor individual e melhores condições do emprego doméstico. O impacto foi diretamente na renda familiar, elemento estrutural que por si só dinamiza a Economia. Gabrielli destaca o novo ciclo de investimento que chega ao Estado nos próximos cinco anos, na ordem de U$S 35 a 40 bilhões. É um pacote

A TARDE- A Bahia, nos últimos anos, tem registrado um crescimento acima do desempenho nacional, assim como os demais Estados do Nordeste. E em 2013, mesmo com a desaceleração do crescimento, o Estado ainda cresce ligeiramente acima do Brasil. A que o senhor atribui este cenário?

José Sergio Gabrielli- Nos últimos dez anos, a tendência do Nordeste foi crescer mais que o Brasil, principalmente por causa do segmento do mercado interno regional. Os segmentos que mais cresceram neste período foram o de serviços, comércio e construção civil. A agricultura não cresceu tanto por causa da seca dos últimos três anos e a indústria, até o ano passado, apresentava problemas. Por isso que eu estou destacando o ano de 2013. Neste ano, nós tivemos um *boom* do desenvolvimento industrial e quem puxou o crescimento de 2013 foi justamente a indústria, e especialmente a indústria de transformação. E aqui, no caso nosso, dois segmentos extremamente importantes: um segmento voltado para o mercado externo, que é o segmento de automóveis, e outro segmento, o de refino e transformação dos derivados de petróleo, que cresceu muito também. Portanto, nós tivemos ao longo deste tempo, um conjunto de atividades do nível de consumo que levaram a economia a crescer. E o consumo cresceu porque nós estamos vivendo intensamente um processo de transferência de renda, que aumenta a renda dos mais pobres. Então, temos não somente uma melhoria de mercado trabalho, com o crescimento de mais de 550 mil postos de trabalho com carteira assinada, a transformação do trabalhador por conta própria em empreendedor individual formalizado, e a melhoria das condições de vida de pessoas que atuam no trabalho doméstico. Esta política aumenta a condição da população de baixa renda no mercado, com um impacto positivo na renda familiar e a intensificação do consumo de serviços, de bens comercializados e de pequenas construções.

AT- Que tipo de investimentos a Economia baiana tem atraído?

JSG - Nós estamos vivendo um ciclo de investimentos que tem duas características especiais na história da economia baiana. Primeiro, trata-se de um volume de investimentos extremamente alto, para os próximos cinco anos, a expectativa é de U$S 35 a 40 bilhões. Se nós pensarmos que o maior ciclo de investimento que tivemos foi com o polo petroquímico, os primeiros cinco anos do polo foram em torno de R$ 6 bilhões. Então estamos falando aí, em termos de valores, de seis a sete polos petroquímicos nos próximos cinco anos. Enfim, é um pacote de investimento grande. O segundo componente, também inédito na economia baiana, é o tipo de investimento.

> "Nos últimos dez anos, a tendência do Nordeste foi crescer mais que o Brasil"

60% desse investimento é na área de Mineração, de Energia Eólica e de Celulose segmentos novos, em termos deste volume, para a Bahia. São três segmentos não tradicionais da economia industrial baiana e, principalmente, são segmentos que estão em regiões que não são tradicionalmente de crescimento: a margem direita do São Francisco, com energia eólica, o Sudoeste da Bahia, com mineração, e Extremo Sul da Bahia. Então, consequentemente, você tem aí uma descentralização regional que vai tornar mais evidente a importância dos investimentos em logística.

AT- Quais são os principais investimentos em logística na Bahia?

JSG- Temos a Fiol, cuja implantação está se acelerando e que vai se tornar muito importante na conexão Oeste - Costa do Atlântico; o Porto Sul, que vai ser superimportante para sair com um novo *hub* portuário nosso. Você tem a discussão da implantação da ferrovia que liga Belo Horizonte – Brumado- Feira de Santana – Aratu e Juazeiro, a reestruturação da antiga FCA, com uma perna até Aratu, outra até Sergipe e uma terceira até Pernambuco. E tem ainda a Hidrovia do São Francisco. Com estas três grandes obras federais, temos uma mudança de logística do Estado, que reorienta e redefine a lógica da movimentação de cargas na Bahia.

AT- A logística é um desafio em um Estado tão grande e que passa por um processo de transformação, não é mesmo?

JSG- A logística do Estado, necessariamente, tem que ser multimodal. Nós já fizemos um enorme investimento na recuperação e expansão de estradas. Expandimos a malha rodoviária, o governador construiu mais de 7 mil quilômetros de estradas. A ferrovia é a bola da vez, nos próximos anos a grande mudança logística que vamos ter é ferroviária. E nós precisamos integrar o nosso conjunto de portos. Temos o Porto Sul, como já mencionei, que vai ser importante conectando a Fiol com o Oeste do Brasil. Vamos ter a expansão dos portos e terminais portuários de Aratu, e temos a expansão da atividade de contêineres no Porto de Salvador, de carga geral. Em termos logísticos, temos também a Ponte Salvador- Itaparica, que complementa o anel rodoviário que nós temos no eixo Salvador – Feira de Santana, através da BR 324, criando uma outra conexão com a BR 242, a BR 116, a BR 101 e a BA 001, reduzindo o custo com logística e aproximando a expansão do complexo portuário Porto Sul com o complexo da Baía de Todos-os-Santos.

> "A logística do Estado, necessariamente, tem que ser multimodal"

AT- Qual o cronograma da ponte?

JSG- A licitação está prevista para o primeiro semestre de 2014, mas é uma obra complexa, o tempo de construção demora entre 48 e 60 meses, pelo menos uns quatro

de investimento seis a sete vezes maior, em termos de valores, do que os U$ 6 bilhões investidos no Polo Petroquímico no final dos anos 70. É um pacote de investimento e que atraiu segmentos não tradicionais da economia industrial baiana, como a Mineração, a Energia Eólica e a Celulose. Gabrielli destaca, ainda, que para integrar um Estado de tamanha dimensão, é fundamental uma logística multimodal, o que tem se materializado com os investimentos na recuperação da malha rodoviária, em ferrovia, hidrovia e obras como a ponte Salvador-Itaparica, que integrará o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas entre Salvador, o Recôncavo e a Ilha. Com aproximadamente, 12 quilômetros, a ponte Salvador-Ilha de Itaparica será a segunda maior da América Latina e ocupará o 23º lugar no *ranking* mundial de pontes sobre mar, rio e baía. A obra é considerada estratégica pelo governo do Estado e cria um potencial vetor de crescimento e desenvolvimento socioeconômico que beneficiará, sobretudo, a Ilha de Itaparica, o Sul do Recôncavo e o Baixo Sul. O secretário fala, também, sobre os diversos setores da Economia e sobre as expectativas de crescimento para 2014.

FOTOS DIVULGAÇÃO

anos para começar a funcionar.

AT- Voltando a falar da Economia do Estado, há uma expectativa de retomada do crescimento da Construção Civil na Bahia, isso se dará já a partir de 2014?

JSG- A Construção Civil tem dois elementos importantes: os segmentos de alta renda e de baixa renda da Construção Civil Habitacional. O segmento de alta renda está com os estoques acumulados, e o de baixa renda está a todo vapor. Não acredito que haja nenhuma tendência de redução de programas como o Minha Casa Minha Vida (federal) ou o Casa da Gente (Estado). Estes programas de expansão da habitação popular, com recursos do governo federal, tendem a crescer. O déficit habitacional nesta parcela é muito grande portanto é um segmento que continuará com o desempenho positivo. E com a economia crescendo em cidades grandes e médias, a tendência é de haver ainda maior expansão nas áreas de cidades fora da Região Metropolitana de Salvador.

AT - De certa forma, é uma tendência que converge com a aposta do governo do Estado na descentralização territorial.

JSG- Exato, complementa o processo que está acontecendo, já com o crescimento das cidades pequenas e médias, em decorrência do crescimento do comércio e da transferência de renda. Mas o outro lado da construção, da alta renda, depende fortemente da situação do sistema bancário e do financiamento. O acesso ao crédito imobiliário está cada vez maior e, evidentemente, isso vai aumentando o endividamento dessas famílias. Então, é possível que a gente encontre alguma limitação neste segmento em função do endividamento das famílias de renda mais alta com o crédito habitacional. Mas existe o outro lado da Construção Civil, que é a construção pesada, e que tudo leva a crer que os investimentos vão se acelerar, obras e montagens vão crescer, empreendimentos e investimentos vão existir, portanto, é um segmento que vai crescer. Há ainda o PAC, as estradas, os portos, aeroportos, recuperação da estrutura de armazenamento, investimentos privados que vão demandar construção e montagem, o Polo Naval. Tudo irá beneficiar a construção.

AT- E quanto ao segmento da Agricultura? Há expectativa de recuperação já no ano que vem?

JSG- Temos, hoje, no cenário agrícola baiano dois segmentos: o da Agricultura familiar e da Agricultura empresarial. A Bahia tem 600 mil famílias relacionada à Agricultura familiar, que tem uma produção, praticamente, em torno de sua subsistência, com produção de excedentes extremamente pequena. Precisamos intensificar os processos de assistência técnica, de melhoraria dos canais de comercialização, de viabilidade de transformação de técnicas produtivas. Este é um segmento que está sofrendo muito com a seca e que demandará uma atenção especial do governo. Cresceu muito o Garantia Safra, as ações de suplementação de sementes, e, com o Plano Safra Semiárido, há um conjunto de ações articuladas voltado para este segmento.

No caso da Agricultura empresarial, tem uma parte para o mercado externo, que é basicamente de soja, algodão e o milho - pela primeira vez, este ano, e a voltada para o mercado interno, que é a produção agrícola de valor adicionado maior, como feijão, frutas, nichos mais sofisticados como graviola e alguns legumes. É um segmento que sofre com a seca também, como o café e o cacau, mas tem uma relação muito grande com o mercado internacional. E como o mercado externo está demandante, e coincidiu em alguns casos com a dificuldade de outros produtores, a perspectiva é que no próximo ano tenhamos preços altos, o que pode aumentar a rentabilidade mesmo com a produção pequena. A perspectiva é que a taxa de produção aumente em 2014, pois teremos condições climáticas melhores que as deste ano, assim esperamos.

> *"A Bahia manterá a tendência de crescimento acima da média nacional em 2014"*

AT - A SEI, na última apresentação do PIB destacou que em 2014 há perspectivas da Bahia retomar um crescimento mais acelerado, não só por causa dos investimentos, mas com o crescimento do Comércio, com a Copa. Como o senhor projeta 2014?

JSG- Eu acho que sim, que a Bahia manterá a tendência de crescimento acima da média nacional em 2014, através de vários segmentos. Nada indica que em 2014 haverá redução do nível de transferência de renda que temos hoje, consequentemente, teremos um aumento da demanda de bens e serviços de uso familiar. Por outro lado, as empresas do comércio e do setor industrial tendem a aumentar suas atividades, porque tanto a indústria nacional como a baiana crescerão ainda mais. Espera-se que a política de desoneração intensificada em 2013 comece a ter efeito em 2014. E a agricultura, com as perspectivas de chuva, terá uma produção melhor. Não há, neste sentido, nenhum sinal que haja recuo na economia, por isso projetamos um crescimento maior em 2014 que em 2013.

AT - O senhor poderia dizer de quanto seria esse crescimento?

JSG – Não, é difícil dizer em números, nós fazemos uma avaliação da tendência e da direção. Mas há outro componente da conjuntura baiana que gostaria de chamar a atenção, pois trará um impacto positivo para nossa economia: a expansão da Educação Superior e da qualificação profissional. Nós estamos vivendo uma enorme expansão das universidades no Estado, um gigantesco crescimento da rede de ensino técnico na Bahia, o que, em médio prazo, aumentará a qualificação profissional no Estado. O aumento da qualificação dos nossos profissionais, com uma intensificação da atividade dentro e fora do Estado vai, provavelmente, provocar uma grande mobilidade do mercado de trabalho. Teremos uma oferta de qualificação que vai provocar o aumento da produtividade de nossos trabalhadores.

Ponto de vista

Armando Avena,

escritor, economista e membro da Academia de Letras da Bahia

O ano de 2014 vai ser atípico por conta das eleições e da Copa

Na economia, assim como na vida, tudo depende do olhar. Um olhar macro vai ver que o crescimento do PIB baiano será maior que o crescimento do PIB nacional e que a economia baiana continuou gerando empregos, em uma proporção um pouco maior que em 2012. Um olhar micro vai perceber que quem liderou esse crescimento foi o setor de Serviços e, principalmente, o setor industrial, que apresentou notável recuperação e vai crescer bem mais que a média nacional. Mas vai perceber, também, uma queda expressiva do setor agropecuário, que, submetido aos efeitos da seca, apresentou, inclusive, queda na produção de soja e algodão do Oeste. O Comércio manteve o crescimento a taxas menores, por conta do aumento da inflação e da redução do consumo, e a Construção Civil continua submetida a uma absurda insegurança jurídica com as leis e o ordenamento urbano de Salvador mantidos sub judice. Se o olhar for globalizante, a economia baiana até que foi bem em 2013, pois irá crescer cerca de 3%, em relação a 2012. Não será um "pibão", mas será maior que o "pibinho" da economia brasileira. Já o ano de 2014 vai ser atípico, e alguma incerteza será inevitável, por conta das eleições e mesmo da Copa, que estimula o turismo, mas reduz os dias úteis e a produção. A economia baiana tenderá a crescer com o fim da seca, a maturação de investimentos industriais e dezenas de empresas que devem entrar em operação, e as obras de infraestrutura que começaram a deslanchar. Mas tudo vai depender dos rumos da política econômica nacional.

Roberto Ramalho,

gerente de Território da IBM Norte e Nordeste

Este ano foi, sem dúvida, um ano de consolidação de nossas operações no Norte e Nordeste e a Bahia teve papel fundamental para esse bom desempenho. Tivemos um expressivo crescimento e ampliamos nossa rede de parceiros no Estado, o que nos deu maior capilaridade para atender nossos clientes com agilidade e excelência. O mercado nordestino é prioritário para a IBM dentro da estratégia de expansão regional, que visa reforçar a atuação nos mercados com grande potencial. No ano passado, focamos na expansão física, com a abertura e a ampliação de escritórios, a exemplo de nosso site em Salvador, que hoje integra o Parque Tecnológico da Bahia, iniciativa que nos colocou em um ecossistema tecnológico e reforçou nossa parceria com o Governo do Estado. Outro fator importante e marcante este ano foi o crescimento da demanda por serviços e soluções de ponta, como computação em nuvem e *Big Data*, dentre outros. Esse crescimento é fruto de uma mudança gradual na visão empresarial, que já começa a enxergar o setor de TI como estratégico e a terceirização desses serviços como a solução para manter o foco no próprio negócio. A Bahia e todo o Nordeste continuarão como prioridades da IBM em 2014 e traremos sempre serviços e soluções que contribuam para o crescimento econômico da região.

Este ano foi um ano de consolidação de nossas operações

Marcelo Lyra,

vice-presidente de Relações Institucionais e Desenvolvimento Sustentável da Braskem

O ano de 2013 foi marcado por desafios e conquistas na indústria química e petroquímica

O ano de 2013 foi marcado por desafios e conquistas na indústria química e petroquímica brasileira. Medidas recentes aliviaram o quadro mais agudo pelo qual o setor atravessa, mas o cenário continua muito desafiador. A desoneração tributária sobre a compra de matérias-primas petroquímicas e a correção parcial do câmbio, aliada à melhora das margens internacionais, foram fatores que ajudaram a contribuir para a evolução dos resultados da Braskem, e a recuperação de parte da competitividade da cadeia petroquímica brasileira. Acontece que o cenário internacional de custos de matérias-primas e de energia continua sendo ponto de pressão sobre os negócios. Diante de um cenário de grande complexidade, a Braskem investe no adensamento de cadeias produtivas ou abertura de novas cadeias, a exemplo do Polo Acrílico. Em 2013, a Braskem ampliou uma das linhas de produção de polietileno com base metaloceno, resina utilizada em aplicações nobres e assinou um memorando de entendimentos com a empresa alemã Styrolution, com o objetivo de avaliar a produção de resina ABS (acrilonitrila butadieno estireno). Em 2014, a Braskem aprofundará seu apoio à cadeia produtiva do plástico com o plano de incentivo à competitividade da cadeia (PIC), criado em parceria com a indústria de transformação plástica. Esse plano oferece condições especiais para os clientes elevarem suas exportações de produtos transformados plásticos; promove a inovação, além de qualificar profissionais e ajudar na gestão das empresas. Essa é a prova de que a Braskem honrará seu compromisso no desenvolvimento de projetos de grande prioridade para a cadeia do plástico e para o Brasil. Em 2014, não será diferente.

ALOÍSIO PONTES

Bahia poderá ter cerca de 2,7 mi de idosos em 2030

Aumento da expectativa de vida exigirá novas políticas públicas para a população

A população idosa da Bahia, com 60 anos ou mais, chegará aos 2,7 milhões de pessoas, o que equivale a 16,7% da população, até 2030. Um salto e tanto frente ao 1,4 milhão de pessoas nessa faixa etária, ou 10,3% do total da população baiana, verificado em 2010. Os dados são do estudo das Projeções Demográficas para a Bahia (2010-2030), que constata, ainda, que essa nova realidade vai criar uma forte demanda de serviços ao idoso, acompanhada de uma menor pressão para as demandas relacionadas à infância e à adolescência, fato este que mudará o foco das políticas de seguridade social, saúde e educação.

"Desde meados da década de 1980, o Estado da Bahia vem sofrendo alterações significativas na sua estrutura etária populacional, reflexo da transição demográfica pela qual o país vem passando", explica o coordenador de Pesquisas Sociopopulacionais da SEI, Isaac Lou. Para o coordenador, o forte declínio das taxas de fecundidade (filhos/mulher) e o aumento da expectativa de vida da população, devido à redução da mortalidade, especialmente da população jovem masculina, são os principais fenômenos que impactam nas transformações da pirâmide etária do Estado.

O fenômeno do aumento da expectativa é mundial, mas no Brasil é mais recente e se deu em maior velocidade, motivo pelo qual "iniciativas voltadas à população idosa (acima de 60 anos) serão cada vez mais importantes no âmbito das políticas públicas", conforme sugere o estudo. "Dentre alguns desafios, deve-se destacar um maior número de pessoas de alta dependência, o aumento das doenças crônicas, maiores gastos com saúde, o aumento no número de beneficiários etc.", avalia Isaac Lou.

O coordenador explica que, na esfera econômica, os principais desafios para os formuladores de políticas no Estado, devido ao envelhecimento da população, serão os impactos sobre o crescimento econômico, mercado de trabalho, consumo, investimento e, principalmente, os impactos que as aposentadorias dos idosos irão gerar para a manutenção e incremento da economia local, já que quanto maior for a longevidade da população, os benefícios sociais tenderão a se estender por períodos mais longos.

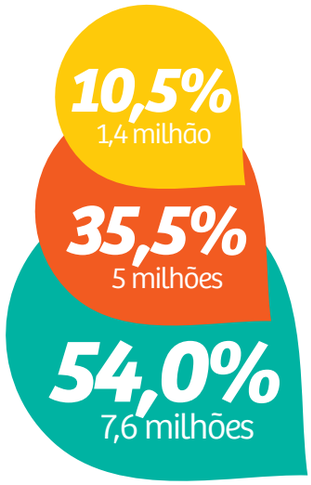
Para reduzir esse impacto, pelo menos no que se refere à pressão sobre o sistema previdenciário, o governo tem desestimulado as aposentadorias consideradas precoces, aquelas das pessoas que já possuem tempo de contribuição para requerer o benefício, mas que ainda se encontram na fase produtiva.

No final do mês de novembro, o Ministério da Previdência atualizou a tabela do chamado fator previdenciário, instrumento usado pelo governo para "evitar o caos no sistema". A estratégia tem como objetivo estimular o retardamento da aposentadoria, aumentando o tempo de contribuição para quem quer garantir rendimentos maiores.

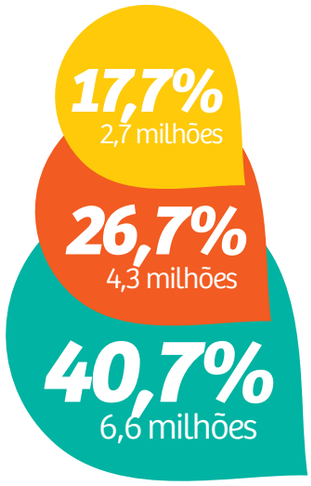
MARCO AURÉLIO MARTINS/ AG. A TARDE

60 anos ou mais · 0 a 29 anos · 0 a 15 anos

Participação por faixa etária



Dados atuais demográficos 2010



Projeções demográficas 2030

PERÍODO DE TRANSIÇÃO PODE **BENEFICIAR** A ECONOMIA

O estudo das Projeções Demográficas para a Bahia (2010-2030) também indica um importante momento econômico para a Bahia, que poderá se beneficiar de um período de transição demográfica. Isto porque um elevado contingente de pessoas encontram-se no grupo etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos), o que significa um potencial demográfico favorável ao crescimento econômico, tendo em vista a tendência de um patamar relativamente baixo da razão de dependência devido ao acelerado declínio da participação dos jovens (menos de 15 anos) na estrutura etária do Estado. O estudo aponta um grupo de 0 a 29 anos de idade que somava, aproximadamente, 7,6 milhões ou 54% do conjunto da população, em 2010. Em 2030, esse grupo será em torno de 6,6 milhões de pessoas, o equivalente a 40,7% do total da população, refletindo a redução na base da pirâmide e o alargamento no topo da pirâmide etária. Já a faixa etária que vai de 0 a 15 anos deverá decrescer de 5 milhões para 4,3 milhões no período.

RENATA FERREIRA

Comércio Varejista cresce 1,6% em 2013

Setor registrou desaceleração no crescimento, mas apresentou expansão no segundo semestre

As vendas do comércio varejista baiano cresceram 1,6% de janeiro a setembro de 2013. O valor é menor que o registrado no mesmo período em 2012, que foi de 10,2%. Ainda assim, o número de empregos gerados nos segmentos de Serviços e Comércio demonstra que estes setores continuarão crescendo. No acumulado dos últimos doze meses, Serviços ficou em segundo lugar na geração de emprego, seguido de Comércio. No mesmo período, o Comércio Varejista baiano cresceu 3,3%, enquanto que, a nível nacional, o setor obteve taxa positiva de 4,1%. Em relação à participação no PIB do Estado, o setor ocupa uma fatia de 13%, aproximadamente.

A partir do segundo semestre deste ano, houve um aquecimento maior no Comércio Varejista, sendo destaque a recuperação do segmento de Supermercados e Hipermercados, que, no segundo trimestre de 2013, passou de um saldo negativo de 2,1%, taxa registrada no primeiro trimestre, para um acréscimo de 4,3%. Luiz Mário Vieira, coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI, explica que o setor ainda passará por uma expansão. "O processo pode ser notado pelos investimentos na construção de novos shoppings centers. Nos próximos dois anos, Salvador ganhará cinco novos shoppings populares, que comercializarão produtos com custo menor que os shoppings convencionais. Isso demonstra a percepção, por parte dos empresários, da ascensão da classe C. Além disso, estão sendo construídos empreendimentos similares também na Região Metropolitana, o que aquecerá as vendas da região", comenta.

Outro segmento que apresentou bons indicadores em 2013 foi o de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (14,9%). Vieira explica que os principais impulsionadores deste resultado foram a oferta de produtos de caráter essencial e, também, a ampliação da massa de salários da população, o que aumenta a possibilidade de consumo.

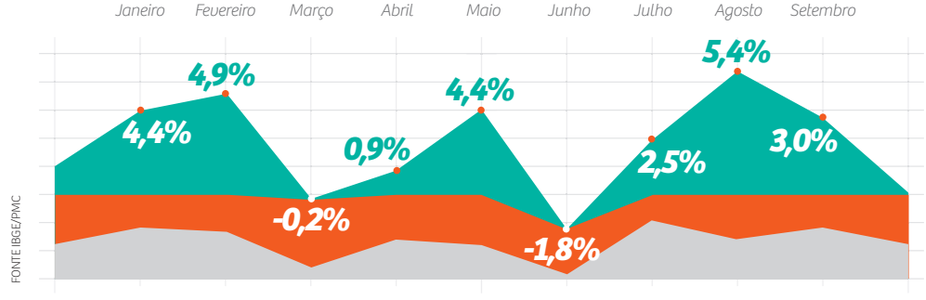
INFLUÊNCIA DA SECA- A seca foi um dos principais fatores para a redução da movimentação de equipamentos e máquinas agrícolas, que demandam diesel, o que influenciou a queda no segmento de Combustíveis e Lubrificantes (-13,3%). Vieira aponta que o aumento da quantidade de postos de bandeira branca e da alíquota praticada no Estado também podem ter contribuído para este resultado, entre setembro de 2012 e setembro de 2013, muito embora a produção dos derivados não apresente retração.

DIVULGAÇÃO

> *Nos próximos 2 anos, Salvador ganhará 5 novos shoppings populares*

O setor de Equipamentos e material de escritório, Informática e Comunicação, demonstrou queda de 10,1% no mesmo período. "O que ocorre é algo inerente à própria dinâmica de crescimento em larga escala: em 2012, esse foi um dos segmentos que apresentou um maior número de vendas e, este ano, entra em desaceleração. Os produtos têm um ciclo de uso maior, e por este motivo, se no período anterior houve muita aquisição, as pessoas demorarão um tempo para substituí-los", avalia Vieira.

Variação do volume de vendas no Comércio Varejista
Janeiro a setembro/ 2013



FONTE IBGE/PMC

PARA PLANEJAR A BAHIA, É PRECISO CONHECER CADA TERRITÓRIO.

ZEE. IDENTIFICANDO O TERRITÓRIO BAIANO PELAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS.

O Governo da Bahia está realizando o Zoneamento Ecológico Econômico, que é um instrumento de planejamento que orienta a gestão, as atividades e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio ambiente e condições socioeconômicas, com vistas à implantação prática do desenvolvimento sustentável. Uma série de audiências públicas ocorreu e em 2014 novos encontros estão programados. Participe dos debates e ajude a encontrar uma forma sustentável de trazer o desenvolvimento para toda a Bahia.

Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

Estudo da SEI apresenta mapa da pobreza na Bahia

MARIA PAULA FONSECA

Finalizado em 2013, os resultados do estudo da SEI serão lançados em livro no próximo ano

Compreender a dinâmica da pobreza na Bahia sob uma visão multidimensional, tendo como foco a situação da população nos seus municípios e, assim, oferecer interpretações e sugestões para subsidiar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado. Esses foram alguns dos objetivos do estudo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) denominado Manchas da Pobreza, com dados atualizados até o ano de 2010. Desenvolvido pela Diretoria de Estudos do órgão, todas as informações do trabalho já foram compiladas pela equipe, que está agora elaborando um livro para ser lançado em 2014.

De acordo com o diretor de Estudos da SEI, Edgard Porto, o ineditismo do método tornou possível reconhecer as características da pobreza na Bahia sob cinco dimensões: renda, moradia, demografia, saúde e educação, permitindo que se estabeleça uma associação entre a dinâmica da pobreza e o desenvolvimento regional do Estado.

"Chegamos à conclusão de que uma visão mais completa da pobreza passa não somente pela renda, existem outras condições que podem levar o indivíduo a essa situação. Lógico que a renda é fundamental, mas existem outras questões igualmente importantes", salientou Porto.

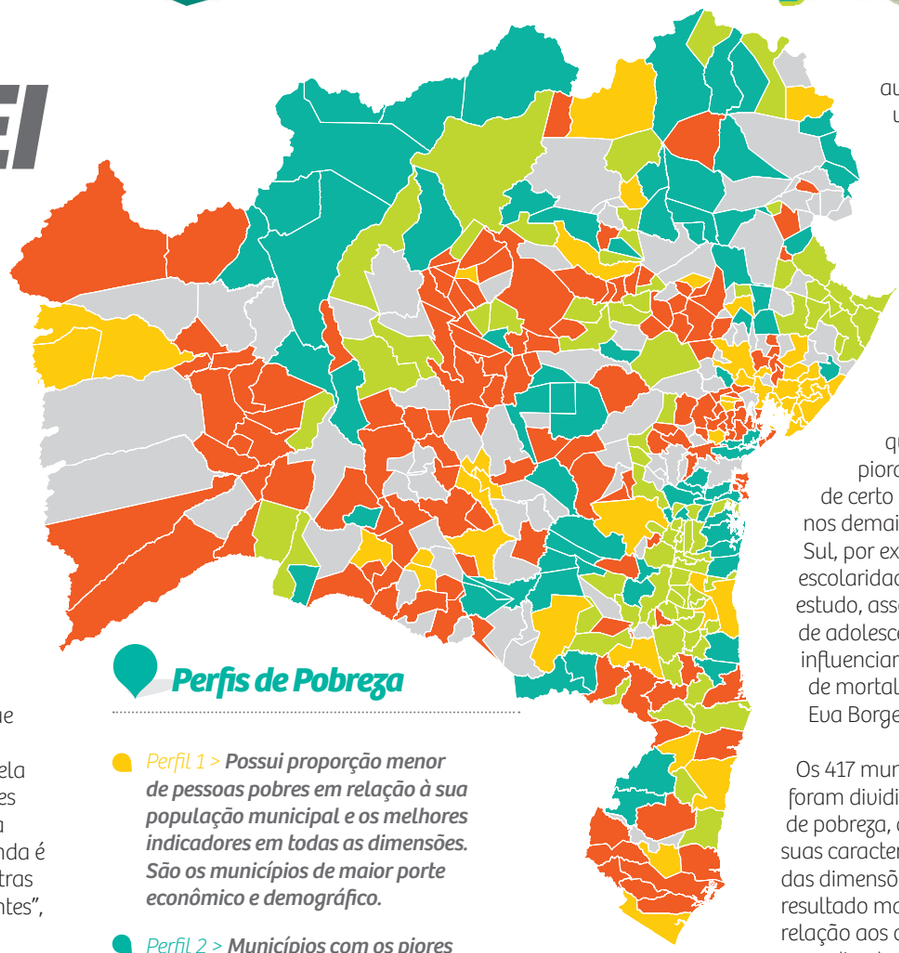
Ele explica também que o estudo não visou buscar o quanto o Estado investiu, por exemplo, em saúde: quantos hospitais ou postos de saúde foram construídos, e sim o reflexo dessas ações no indivíduo. No caso da renda, a análise foi feita levando em conta um conjunto de indicadores da situação da população em relação à renda, tanto daquela obtida pela venda da força de trabalho, bem como da decorrente de outras fontes, incluindo programas governamentais como o Bolsa Família. Na dimensão moradia foram analisadas as características físicas dos domicílios, a exemplo das suas vinculações ao saneamento básico e disponibilidade de energia elétrica.

A demografia contemplou características que denotam condições históricas de reprodução social, assim como aquelas que apontam para padrões futuros. Na parte da saúde, os indicadores referiam-se ao "estado da saúde" da população e que possam estar relacionados à condição de pobreza. A coordenadora de Estudos Sócioeconômicos da SEI e uma das autoras do trabalho, Eva Borges, cita como exemplos de doenças que podem ser associadas à condição de pobreza: a difteria e a leptospirose. A quinta dimensão, a educação, apresenta indicadores que permitem averiguar os níveis de alfabetização e de escolarização da população, assim como aqueles que mostram a qualidade do ensino e da aprendizagem.

RESULTADOS- Na verificação dos resultados, alguns chamaram a atenção, como a melhoria geral, entre os anos de 2000 e 2010, dos indicadores de gravidez na adolescência, com exceção do Litoral Sul, local onde a situação se tornou mais crítica. Houve também redução da taxa de fecundidade na Bahia, menos no Litoral Sul/Sudoeste. Outro aspecto importante foi o avanço do Estado na variável crianças analfabetas (7 a 14 anos), com redução da quantidade de crianças nessa condição. A situação permaneceu inalterada apenas nas áreas Norte e Litoral Sul. A coordenadora de Estudos da SEI explica que a evolução ou piora de um fator acaba de certo modo interferindo nos demais. "No caso do Litoral Sul, por exemplo, a baixa escolaridade detectada pelo estudo, associada à quantidade de adolescentes grávidas, pode influenciar no aumento das taxas de mortalidade infantil", afirma Eva Borges.

Os 417 municípios da Bahia foram divididos em cinco perfis de pobreza, de acordo com as suas características em cada uma das dimensões. O que apresentou resultado mais preocupante em relação aos cinco fatores (renda, moradia, demografia, saúde e educação) foi o perfil dois, que engloba 72 municípios de diversas regiões do Estado (ver mapa). Esse grupo de cidades tem produção muito relacionada, relativamente, com a agricultura familiar de baixa capacidade de gestão, pouco especializada e pouco integrada. Há também uma grande participação da administração pública no valor agregado desse perfil, revelando o discreto tamanho dos demais setores da Economia. Nesses casos, os municípios dependem muito das ações de prefeituras, Estado e União para se desenvolver. Depois da renda, a educação e a saúde foram os fatores que apresentaram resultados mais críticos.

Por outro lado, o perfil um, que agrega os principais centros urbanos do Estado, como Salvador e Região Metropolitana, Feira de Santana e Barreiras, em um total de 46 cidades, foi o que mostrou estar em melhor situação, possuindo proporção menor de pessoas pobres em relação à sua população. É nesses locais também que os fatores renda, moradia e demografia são os menos críticos entre os cinco perfis. A participação



Perfis de Pobreza

- Perfil 1 > ***Possui proporção menor de pessoas pobres em relação à sua população municipal e os melhores indicadores em todas as dimensões. São os municípios de maior porte econômico e demográfico.***
- Perfil 2 > ***Municípios com os piores resultados em todas as dimensões da pobreza.***
- Perfil 3 > ***Muito próximo ao perfil 1. De todas as dimensões, apenas a renda apresenta piores indicadores neste grupo de municípios. Segunda maior concentração de atividades, pela ótica do PIB.***
- Perfil 4 > ***Apresenta todas as dimensões com resultados piores do que o perfil 3. A dimensão moradia se destaca positivamente dentre as demais.***
- Perfil 5 > ***No geral, está em melhor situação do que o perfil 2, e em patamar similar ao perfil 4. As dimensões mais frágeis são renda e Saúde. Economia fortemente relacionada à agricultura familiar.***

Áreas mais críticas:

- *Médio São Francisco*
- *Norte da Bahia*
- *Área central*
- *Sudoeste*
- *Parte do Litoral Sul*

da administração pública também possui menor predomínio na economia desses municípios. Com exceção da Macrorregião de Salvador e Feira de Santana, que forma uma mancha homogênea de desenvolvimento, todos os outros municípios desse perfil apresentam características diferenciadas das cidades do seu entorno. "Isso acontece porque em alguns municípios os fluxos econômicos ainda não são intensos a ponto de se espelhar para as demais cidades. Ou seja, região mesmo, só Salvador e Feira, as demais são pontos isolados no mapa. Nessas duas cidades é formada uma relação econômica que contamina as cidades do entorno. As trocas entre as cidades vão para todo o conjunto", esclarece Edgard Porto.

Já o perfil três, com exceção do fator renda, possui os outros quatro semelhantes aos do grupo um. Nele, que agrega 135 municípios, há uma grande concentração de ocupações na agricultura familiar e, pela ótica do PIB, tem a segunda maior concentração de atividades. O perfil quatro, com 80 cidades, apresenta forte presença das culturas de cacau no Litoral Sul e de coco e cítricos no Litoral Norte, com produção associada a empresas que exportam para outras regiões. Existe participação relativa da administração pública no valor agregado e, depois do perfil um, é o que possui menor relação com o número de trabalhadores e área destinada à agricultura familiar. O quinto perfil tem 84 municípios e forte vínculo com a agricultura familiar, produção de baixa qualificação e baixa capacidade de gestão e grande diversificação, sendo superado nesses aspectos somente pelo perfil dois. É o perfil que apresenta pior resultado na saúde.

ALINE CRUZ/ ASCOM SEI

Edgard Porto é diretor de Estudos da SEI

CONCENTRAÇÃO REGIONAL DA **RIQUEZA**

Com o estudo foi possível constatar que o "mapa da pobreza" resultante da análise está relacionado com o padrão de desenvolvimento em nosso Estado, moldado por uma sociedade com forte concentração regional da riqueza, localizada nos extremos do seu território: Oeste, Extremo-Sul, Norte e o entorno da Metrópole. Por outro lado, a pobreza é relativamente mais intensa nas áreas de mais baixo dinamismo econômico, sendo elas: Médio São Francisco, Norte da Bahia, Área Central, Sudoeste e parte do Litoral Sul.

"Uma conclusão importante desse trabalho é que a pobreza está disseminada por todas as regiões da Bahia e não somente em alguns locais específicos, como no Semiárido. E existe uma clara associação entre os perfis de pobreza e o desenvolvimento regional. O perfil um corresponde aos municípios com maior participação no PIB, enquanto que os outros quatro perfis são os municípios com baixa participação", assinala o diretor de Estudos da SEI.

Além de apresentar todo o mapa da pobreza da Bahia, o estudo também mostra subsídios para a formulação de políticas públicas, como a implementação de "cestas" de ações regionais e setoriais, elaboradas de acordo com as especificidades de cada "mancha". Dentro dessas "cestas", as preocupações do Estado devem estar voltadas para atuar em algumas frentes, como a economia, a implementação de ações compensatórias e investimentos em serviços públicos, como saúde, educação e moradia.

Metodologia do trabalho

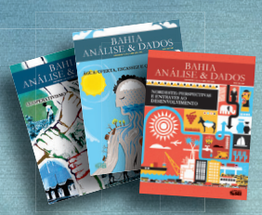
Para se chegar aos resultados do Manchas da Pobreza, a equipe da SEI analisou mais de 600 variáveis e o procedimento utilizado possibilitou a redução das mesmas sem perder a riqueza das informações envolvidas, facilitando o entendimento prático do resultado.

Como forma de facilitar o entendimento dos resultados, sendo possível, por exemplo, visualizar no mapa da Bahia a situação de um município em relação à moradia, as variáveis de cada dimensão foram sintetizadas e transformadas em cinco fatores. "O fator é uma síntese das variáveis para cada dimensão analisada", detalha a pesquisadora da SEI e também autora do Manchas da Pobreza, Célia Sganzerla.

Já com os resultados dos fatores de renda, demografia, moradia, educação e saúde das cidades em mãos, a equipe da SEI, seguindo a metodologia escolhida, agrupou os 417 municípios baianos em cinco perfis, conforme explica Eva Borges. "O método acabou demonstrando que seriam cinco perfis e agregou os municípios de acordo com as características deles na educação, na saúde, na moradia, na demografia e renda. Então, aqueles municípios com perfis semelhantes se agruparam e aqueles com perfis diferentes ficaram separados. Isso diminui a complexidade da análise", explica.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



@eu_sei

imprensa.sei

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Conjuntura & Planejamento
Publicação trimestral que traz artigos e entrevis tas sobre a conjuntura econômica da Bahia.

Bahia Análise & Dados
Revista temática trimestral elaborada por colaboradores externos e especialistas da SEI.

Série Estudos e Pesquisas
Apresenta resultados de pesquisas nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura, geoambiental e outros.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Bahia GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Crise econômica internacional provoca queda nas exportações baianas

MARCO AURÉLIO MARTINS/ AG. A TARDE

ALOÍSIO PONTES

As vendas externas entre janeiro e novembro somaram US$ 9,3 bilhões, uma retração de 9,3% em relação ao mesmo período do ano passado

Os reflexos da crise econômica na União Europeia e Estados Unidos, o mau desempenho nas vendas de derivados de petróleo, que tiveram uma queda de 27,3%, as paradas para manutenção em indústrias na área petroquímica, que reduziram em 15% os embarques do setor, além da redução nas vendas de produtos do agronegócio, também em 15%, resultado da queda de 4,6% na produção agrícola do Estado afetada pela seca, pragas e retração nas cotações externas, provocaram uma queda de 4,4% nas exportações baianas até novembro deste ano, que somaram US$ 9,33 bilhões, ante US$ 10,29 bilhões no mesmo período de 2012.

Os produtos que tiveram um importante impacto positivo nas vendas externas da Bahia foram os dos setores Automotivo (veja o Box), com alta de 102%, e de Metalurgia, com um incremento de 69,8%, no comparativo do acumulado entre o período de janeiro a outubro.

A Bahia lidera com folga o ranking dos Estados exportadores do Nordeste, com 63,4% de participação, e mantém o percentual de 4,2% de participação na balança comercial do país

Segundo o coordenador de Comércio Exterior da SEI, Arthur Cruz, a queda nas exportações de derivados de petróleo foi reflexo do aumento do consumo doméstico, resultado do maior dinamismo econômico do país.

Mas foi mesmo a crise internacional a maior vilã do fraco desempenho das exportações. Todos os principais mercados para os produtos baianos, com exceção da China, que registrou um incremento de 19,5%, reduziram suas compras no ano: União Europeia -10%; EUA -18,8% e a América Latina com -4,7%.

Ao contrário, as importações já alcançam US$ 8,04 bilhões e um incremento de 14,4%, batendo, já em novembro, seu recorde anual histórico.

O crescimento da atividade industrial interna e o aumento das compras de bens de capital que está relacionada ao aumento dos investimentos são os maiores responsáveis por esse grande aumento das importações. No ano, as compras de bens de capital cresceram 40%, enquanto que os combustíveis também apresentam incremento de 19%.

Para o coordenador da SEI, esses resultados são decorrentes do aumento da renda doméstica, da maior competitividade interna e da implantação de novos investimentos produtivos, refletidos pelo aumento das compras de bens de capital.

Automóveis lideram exportações e reduzem impacto negativo na balança comercial

A venda de automóveis produzidos pela Ford na fábrica de Camaçari foi fundamental para a redução do impacto negativo na balança comercial baiana. A Argentina foi o maior consumidor dos carros produzidos na Bahia. Segundo a empresa, o crescimento das exportações para a Argentina se deve ao novo EcoSport, carro que está tendo uma excelente aceitação no mercado global. Sozinho, ele é responsável por 87,32% das exportações da Bahia para a Argentina, no período de janeiro a outubro de 2013.

Na comparação entre o acumulado entre janeiro-novembro de 2013 com o mesmo período do ano passado, as exportações da fábrica de Camaçari para a Argentina cresceram 61,14%. No ano passado, a Ford Brasil exportou, no total, 57.308 carros. Desse total, os veículos da fábrica de Camaçari (EcoSport, Fiestas Sedan e Hatch) somaram 27.014 que foram para o mercado argentino, o que equivalente a 36,66% de exportações da Ford Camaçari.

A venda de veículos da Ford Camaçari para a Argentina, do modelo EcoSport, saltou de 24.254 unidades até novembro do ano passado para 43.711 veículos em igual período deste ano.

Bahia gera quase 50 mil novos postos de trabalho

MARIA PAULA FONSECA

Os números de 2013 são superiores aos de 2012, quando o saldo de empregos foi de 43.765 postos de trabalho no mesmo período de análise

O saldo de 49.748 novos postos de trabalho criados de janeiro a outubro de 2013 manteve a Bahia na liderança da geração de empregos na Região Nordeste. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e sistematizadas pela SEI, autarquia da Seplan. Desde março deste ano, a Bahia ocupa o primeiro lugar na geração de empregos da Região Nordeste no acumulado dos meses.

Esse resultado é superior ao obtido de janeiro a outubro do ano passado, quando a Bahia apresentou um saldo de emprego da ordem de 43.765 postos de trabalho, ficando na ocasião atrás apenas de Pernambuco. De acordo o diretor de Pesquisas da SEI, Armando Castro, os números geram uma expectativa de um crescimento ainda maior em 2013, após a incorporação das declarações fora do prazo, que serão consideradas ao longo de 2014. "Para o encerramento do ano, o saldo deve estar por volta de 40 mil empregos. Deveremos ter um novembro com geração de novos postos, mas dezembro normalmente é negativo, principalmente na indústria da transformação, onde há paradas de manutenção. Isso ocorre também na agropecuária, devido ao período de entressafras de algumas culturas, e na Construção Civil, que em termos de emprego formal estimamos um saldo negativo em dezembro".

FERNANDO AMORIM/ AG. A TARDE

Comércio gerou 7 mil postos no interior, enquanto a RMS perdeu mil vagas de janeiro a outubro de 2013

SETORES EM CRESCIMENTO- Na análise por setor, de janeiro a outubro de 2013, todos apresentaram saldos positivos, com destaque para a Construção Civil (+17.428 postos) e Serviços (+13.248 postos). Dos 17 mil empregos gerados na Construção Civil, 11 mil se deram no interior do estado e, dos 13 mil do setor Serviços, 9 mil também tiveram origem fora da Região Metropolitana de Salvador.
No caso do Comércio, na RMS, de janeiro a outubro, foram reduzidos mil empregos com carteira assinada, enquanto no interior foram sete mil empregos gerados, resultando em um saldo de 6,4 mil postos. Segundo Armando Castro: "essa tendência tem sido impulsionada pelo aumento da renda auferido pela população baiana, que foi mais intenso entre os mais pobres em virtude da ampliação das transferências de renda e do salário mínimo, com claros efeitos multiplicadores na economia do interior".

Os demais setores, como a Indústria Transformação (+5.219 postos), Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (+5.215 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.164 postos), Administração Publica (+797 postos) e Extrativa Mineral (+275 postos), também variaram positivamente. O secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, Nilton Vasconcelos, chama atenção para a distribuição desses novos postos de trabalho pelo interior do Estado. "Enquanto a RMS ficou com menos de 30% do saldo total de 49.748, os municípios do interior geraram, nestes dez primeiros meses, 35.461 novos postos. Isso demonstra que há um processo de descentralização da economia em curso. É importante observarmos também que esse fenômeno se dá em um período em que ocorre uma das piores secas da história do Nordeste, o que nos leva à conclusão de que esse saldo de emprego no interior deve-se aos investimentos públicos e privados atraídos e capitaneados pelo Governo do Estado", detalha.

A perspectiva para 2014 na Bahia, de acordo com a Diretoria de Pesquisas da SEI, é de um crescimento acelerado na geração de empregos, levando em conta a previsão de maturação, até o final do próximo ano, de um volume de investimentos da ordem de R$ 33 bilhões. Para isso está sendo realizado um estudo de impactos diretos e indiretos desse volume de investimentos no Estado.

"Avaliando os investimentos até 2016, a expectativa é que sejam gerados 50 mil empregos por ano. Se considerarmos que o emprego tem crescido com mais intensidade entre as pequenas e micro empresas, e que estes investimentos, em sua maioria, não são protocolados, posso afirmar que o número será ainda maior do que os dos últimos anos e que o limite do crescimento de empregos será a oferta", afirma Castro.

PED Feira de Santana

A SEI divulgou os dados da primeira Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), que engloba os municípios de Feira, Tanquinho, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos. Desenvolvida por meio da parceria entre a SEI e o DIEESE, a execução do trabalho de campo ocorreu entre os meses de julho a outubro e a mostra foi realizada em 4,5 mil domicílios. O resultado da pesquisa foi divulgado na terça-feira (17) em coletiva para a imprensa de Feira de Santana e região.

"É a primeira vez que fazemos essa pesquisa na Bahia e o resultado foi um estudo detalhado, com informações sobre escolaridade, se a pessoa está no mercado de trabalho, qual o setor em que atua. Com certeza será um instrumento poderoso nas mãos do gestor público para que ele possa transformar esses dados, essas informações, em políticas públicas", explica Ana Maria Guerreiro, coordenadora da pesquisa de Emprego e Desemprego da RMFS.

Ainda segundo a coordenadora, como o questionário aplicado é piloto para a PED que será realizada em 2014 em todas as RMs, o material apresenta dados inéditos como, por exemplo, se as pessoas pesquisadas possuem ensino técnico profissionalizante, ou se estão fora do mercado de trabalho porque não conseguem creches para colocar os filhos.

IVAN CRUZ/ AG. A TARDE

Bolsa Família: 10 anos de combate à extrema pobreza

ALINE CRUZ

Criado em outubro de 2003, o programa já beneficiou mais de 13 milhões de famílias

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), analisados pela SEI em boletins temáticos, revelam importantes avanços sociais na Bahia: aumento da escolaridade, redução da pobreza e da desigualdade, redução do trabalho infantil, aumento do acesso a bens, aumento do emprego, dentre outros. O que existe de elo comum entre esses avanços que se apresentaram mais intensos nos anos recentes? Qual o mecanismo que pode, ao mesmo tempo, impulsionar aspectos relacionados à renda, educação, trabalho, habitação e saúde? Não é necessário um olhar aprofundado para constatar que o Programa Bolsa Família (PBF), a partir da transferência direta de renda e das condicionalidades às famílias beneficiárias, que exige presença na escola e acompanhamento em saúde, tem mudado a realidade da população mais pobre no Brasil, e em particular na região Nordeste.

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu para contribuir com a inclusão social de milhares de famílias em situação de pobreza. Em paralelo ao combate à pobreza, o programa atua diretamente sobre questões como evasão escolar das crianças mais pobres, e problemas como repetência e defasagem idade-série, além de buscar estimular um acompanhamento regular do público alvo ao atendimento em saúde. "A ideia do programa é, principalmente, quebrar o ciclo da pobreza, contribuindo para que as crianças mais pobres, que passarão a fazer exames regulares de vista e permanecerão na escola, por exemplo, tenham uma chance maior de ingressar na universidade e ter maior acesso ao mercado de trabalho", explica Eva Borges, analista da diretoria de Estudos da SEI.

Desde a implantação do PBF, a pobreza vem se reduzindo de forma intensa no Estado. Entre 2006 e 2012, aproximadamente, 1,2 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza na Bahia, segundo informações da PNAD, e a renda real média da população baiana cresceu 25% no período, crescendo em torno de 18% entre os mais ricos e 32% entre os mais pobres. Outro avanço importante é a presença de jovens pertencentes às famílias mais pobres na escola. Segundo análise da SEI, a presença de jovens pertencentes ao grupo dos 20% mais pobres, com idade entre 15 e 17 anos, na escola, subiu de 74% para 83% entre 2006 e 2012. As condicionalidades para inserção no Programa também provocaram uma redução da evasão escolar. O estudo dos pesquisadores Clélia Craveiro e Daniel Ximenes, publicado no livro do IPEA sobre os dez anos do PBF (veja o box "Para entender o Bolsa Família") explica que a taxa de abandono escolar é menos que a metade para os estudantes do PBF em comparação com os demais estudantes da rede pública na região Nordeste (7,7% contra 17,5%). Quanto às taxas nacionais de aprovação no Ensino Médio, os valores são superiores a 4,2 pontos percentuais entre os estudantes do PBF frente aos demais da rede pública. Os resultados são melhores para os estudantes do PBF em três regiões – Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Entre outros avanços, estão a redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional, com redução da

FPM e Bolsa Família na Bahia

A Bahia é o maior beneficiário do Bolsa Família, tanto em número de famílias atendidas quanto em valor repassado. Em novembro de 2013, o número total de famílias beneficiárias na Bahia foi de cerca de 1,8 milhão, e o valor do repasse chegou a quase R$ 274 milhões, com um número total de beneficiários do Programa de mais de seis milhões de pessoas na Bahia. Eva Borges e Célia Sganzerla, analistas da diretoria de Estudos da SEI, desenvolveram um estudo sobre a importância econômica do Programa Bolsa Família para os municípios da Bahia em 2010, e aferiram sua importância relativa no volume de outras duas Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Municípios – FPM - e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissões – Fundeb). As analistas apuraram que, dos 417 municípios baianos, 322 possuem um número de beneficiários que representa mais da metade da população. Esses municípios, de acordo com o estudo, compõem as regiões com menor PIB no Estado. "Isso significa que os locais onde existe baixo dinamismo econômico são locais com maior atuação do Bolsa Família, o que revela um foco do Programa em áreas mais necessitadas", analisa Borges. Em 103, dos 322 municípios com maior atuação do PBF, o Programa representa mais de 50% dos valores repassados pelo FPM.

PARA ENTENDER O BOLSA FAMÍLIA:
Livro > Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Tereza Campello e Marcelo Cortês Néri (Org.). Ipea, 2013.
Site > mds.gov.br/bolsafamilia, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

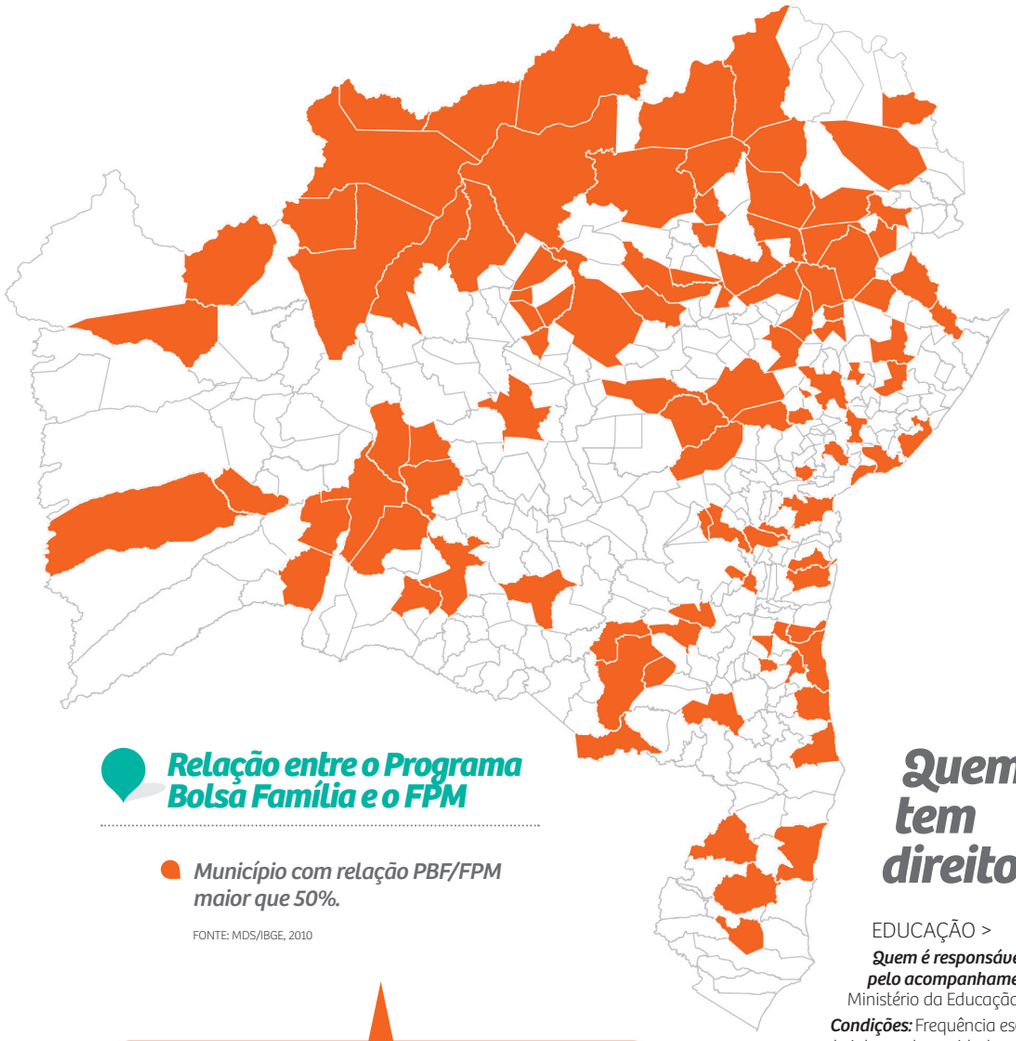
Armando Castro é diretor de pesquisas da SEI

ALINE CRUZ/ ASCOM SEI

Taxa de abandono escolar é menos que a metade para os estudantes do programa Bolsa Família

prevalência de baixo peso ao nascer, um dos principais fatores associados à mortalidade infantil. A condicionalidade do atendimento básico à saúde também refletiu de forma positiva na saúde da gestante e da criança, com registro do aumento do número de crianças de até seis meses alimentadas exclusivamente por amamentação. Outro fator importante é a redução da taxa de hospitalização de crianças menores de cinco anos, observada nos últimos dez anos de atuação do programa.

Segundo o diretor de pesquisas da SEI, Armando Castro, além dos impactos diretos sobre renda, educação e Saúde, o PBF tem o potencial de estimular impactos indiretos: "são R$ 3 bilhões de reais anuais alocados diretamente para famílias pobres, impactando a renda das pessoas, aquecendo as economias locais, gerando emprego e renda como efeito multiplicador do repasse. Não é coincidência de que o impulso na geração de empregos esteja se dando no interior do Estado e em pequenas e micro empresas". De acordo com o IPEA, para cada R$ 1,00 investido no PBF, o PIB brasileiro cresce R$ 1,78.



Relação entre o Programa Bolsa Família e o FPM

Município com relação PBF/FPM maior que 50%.

FONTE: MDS/IBGE, 2010

Bahia Análise & Dados Bolsa Família

A SEI lançou, este mês, um edital para a publicação de artigos na edição da revista Bahia Análise e Dados com o tema Bolsa Família. A edição trará cinco eixos referentes ao programa: Fundamentos teóricos e jurídicos para a transferência de renda; Impactos socioeconômicos do PBF no Brasil e na Bahia; Inclusão socioprodutiva dos beneficiários do PBF; Os desafios para a gestão descentralizada do PBF; e Acesso a serviços. Os trabalhos podem ser enviados por e-mail até o dia 27 de fevereiro de 2014. O edital completo está disponível no site da SEI – www.sei.ba.gov.br - , na sessão "Publique seu artigo". Um dos objetivos da publicação é discutir os efeitos do Programa no Estado da Bahia: "muitos preconceitos contra o Bolsa Família já foram enterrados. Está comprovado que o programa não desestimula o mercado de trabalho, ele não cria uma dependência, ao contrário, cria condições de oportunidade para emancipação, para que a próxima geração oriunda de famílias pobres não seja alijada do processo produtivo e não reproduza o ciclo de pobreza de seus pais", afirma Armando Castro.

Quem tem direito?

EDUCAÇÃO >

Quem é responsável pelo acompanhamento: Ministério da Educação (MEC)

Condições: Frequência escolar de cada integrante em idade escolar (de 6 a 17 anos) das famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Frequência do Acompanhamento: realizado bimestralmente e o registro da frequência escolar realizado por meio do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença), em cinco períodos – fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro e outubro e novembro.

SAÚDE >

Quem é responsável pelo acompanhamento: Ministério da Saúde (MS)

Condições: acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, e o acompanhamento de gestantes e nutrizes.

Frequência de acompanhamento: O resultado do acompanhamento é registrado no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde em dois períodos do ano: janeiro a junho e julho a dezembro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL >

Quem é responsável pelo acompanhamento: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Condições: verificação da frequência dos jovens com histórico ou risco de trabalho infantil aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Frequência de acompanhamento: mensal

Depois de mais de 60 anos, as divisas dos municípios baianos estão ganhando novos contornos. Este projeto, conduzido pela SEI, indica com precisão os limites de cada município do estado. Para concluir este importante trabalho, falta apenas o território da Região Metropolitana de Salvador.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO | Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

www.sei.ba.gov.br
@eu_SEI
facebook.com/imprensasei